FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – NCET
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

Kelyany Oliveira Castro de Góes

AS “DONAS” DA TERRA: O ACESSO DAS MULHERES RURAIS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO RURAL JOANA D’ARC III, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

PORTO VELHO – RO
2016

KELYANY OLIVEIRA CASTRO DE GÓES

AS “DONAS” DA TERRA: O ACESSO DAS MULHERES RURAIS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO RURAL JOANA D’ARC III, EM PORTO VELHO/RO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito para obtenção do título de Mestra em Geografia. Com a linha de pesquisa: Território, representações e políticas de desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva

PORTO VELHO – RO

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

G598d Góes, Kelyany.

As "donas" da terra: o acesso das mulheres rurais às políticas públicas no assentamento rural Joana D'Arc III, no município de Porto Velho/RO / Kelyany Góes. -- Porto Velho, RO, 2016.

108 f. : il.

Orientador(a): Prof.ª Dra. Maria das Graças Nascimento Silva

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Mulheres rurais - espaço. 2. Gênero. 3. Políticas Públicas - mulheres. 4. Empoderamento. I. Silva, Maria das Graças Nascimento. II. Título.

CDU 911.3(811.1)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GEOGRAFIA

UNIR FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

UNIR DGEO Departamento de Geografia

CEGEA Centro de Estudos Geográficos e Sócioambientais da Amazônia

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Kelyany Oliveira Castro de Góes

A Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado presidida pela Orientadora/Presidente **Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva** e constituída pelos examinadores: **Profa. Dra. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante** - Examinadora Interna/PPGG/UNIR e **Prof. Dr. Josué da Costa Silva** – Examinador Interno/PPGG/UNIR reuniram-se no dia 23 de dezembro de 2016, às 9 horas no auditório Milton Santos/CEGEA/UNIR/Bloco 1T, para avaliar a dissertação de mestrado intitulada **As "Donas" Da Terra: O Acesso Das Mulheres Rurais Às Políticas Públicas No Assentamento Rural Joana D'arc III, No Município De Porto Velho/RO",** da mestranda **Kelyany Oliveira Castro de Góes,** matrícula 201410106. Após a explanação da mestranda e arguição pela Banca Examinadora, a referida DISSERTAÇÃO foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada APROVADA. A candidata terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo colegiado, do processo de defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 52 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada.

Porto Velho-RO, 23 de dezembro de 2016.

Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Orientadora/Presidente

Profa. Dra. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante
Examinadora Interna/PPGG/UNIR

Prof. Dr. Josué da Costa Silva
Examinador Interno/PPGG/UNIR

DEDICATÓRIA

A minha mãe Marilene e ao meu pai Klabel (in memorian),
e a todas as mulheres, trabalhadoras e agricultoras de Joana D'arc III.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente e a Nossa Senhora por nunca me abandonarem.

Em segundo lugar agradeço a minha família que eu amo. A minha mãe por ser tão paciente, amorosa e lutadora atrás dos seus objetivos, a minha irmã Kelyeny e o meu irmão Klabel Júnior por me aturarem nos momentos estressantes durante o mestrado.

À minha vó Cléa e o meu avô Góes, ela por ser um exemplo de mãe, de avó e de bisavó... "Vó, obrigada pelo dinheiro do lanche", e por acreditar que todos os sonhos são possíveis, aos 83 anos de idade realizando o sonho do matrimônio no religioso neste ano de 2016.

Também agradeço a minha vó Léo, a minha tia Samar, minha madrinha Marúcia, meu padrinho Carlinhos, meu tio Kleber, a minha prima Saima e aos meus primos Kleandro e Cleiton pelos momentos de descontração.

Ao meu amor Pedro Henrique por ser tão presente em minha vida, em breve será Mestre em Física, agradeço também a sua mãe Nelcinda e ao seu pai Pedro por me acolherem como parte da família.

À minha orientadora Gracinha eu tenho um carinho enorme, agradeço pela paciência e momentos de aprendizado junto ao GEPGENERO.

Às minhas amigas, irmãs de coração, Tainá e Girlany são pessoas muito especiais na minha vida desde a época da graduação em 2009. Somos daquelas que uma apóia a outra e damos conselhos.

À minha turma de Mestrado (2014) na qual fiz várias amizades, em especial a Ana Paula e o Alysson pelo companheirismo durante essa trajetória.

Aos professores e professor@s do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIR, por sua dedicação e competência na tarefa de transmitir o conhecimento. Em especial ao professor Josué, pela disciplina de Epistemologia da Geografia, pelo trabalho de campo em Oriximiná-PA e todos os momentos de descontração e união dos GEPs através das quintas experimentais. Agradeço a professora Lucileyde Feitosa que ministrou a disciplina de tópico especial: Cultura, Representação e Espaço Dialógico. Ao

professor Ricardo Gilson, que ministrou a disciplina de Geografia Agrária, ao professor Adnilson que ministrou a disciplina de Populações Amazônicas e à professora Maria das Graças que ministrou a disciplina de Geografia e Gênero. Todas de grande importância para construção dessa dissertação.

Também agradeço a coordenadora do programa (PPGG/UNIR-2014), a Professora Doutora Madalena Cavalcante, pela sua dedicação com os mestrandos e mestrandas e o comprometimento com o crescimento do Programa. E a secretária do Mestrado, a Patrícia, pela sua competência na contribuição ao Programa.

Ao grupo de pesquisa GEPGENERO, o qual eu faço parte, em especial a Vivi, Telma, Aninha, Paulinha, Elisângela, Alan, Ivanilse, Paty, Tainá, Cláudia e Rúbia agradeço à tod@s pelos momentos de conversas e aprendizados. Também quero agradecer ao grupo de pesquisa do GEPCULTURA por sempre trabalharem unidos em melhoria do programa.

O meu maior agradecimento vai para as mulheres e homens do Assentamento Rural Joana D'arc III, que trabalham de sol a sol por melhoria dos lotes e das suas plantações, sem a contribuição deles não seria possível esse trabalho. Agradeço em especial a Dona Nita e seu esposo Juarez, o qual são pessoas maravilhosas, muito simples e muito acolhedoras, sempre acolheram o grupo GEPGENERO nos dias de trabalho de campo, dando abrigo e na preparação da comida.

MULHER

Pra descrever uma mulher
Não é do jeito que quiser
Primeiro tem que ser sensível
Senão, é impossível
Quem vê por fora, não vai ver
Por dentro o que ela é
É um risco tentar resumir
Mulher...
(Elba Ramalho)

RESUMO

A presente pesquisa mostra um estudo do assentamento rural Joana Da'rc III o qual é influenciado por fatores sociais, econômicos, ambientais e culturais. Buscou-se, assim, analisar as diferenças impostas a homens e mulheres e como elas são construídas social e culturalmente, gênero são ideias e opiniões que a própria sociedade constrói do que é ser homem e do que é ser mulher. O modo de organização no assentamento surge a partir do momento em que os assentados e assentadas identificam o território em que vivem, o território surge a partir do espaço, uma apropriação do espaço. Este trabalho teve como objetivo geral identificar e analisar a implementação das políticas públicas no Assentamento Rural Joana D'arc III, analisando de que forma essas políticas atendem as mulheres rurais e quais as principais mudanças ocorridas na vida delas. O acesso a políticas é uma forma de empoderamento para elas, uma forma de terem uma melhoria de vida e o poder de decisão. Utilizamos o método dialético baseando-se em Fourez (1995), Spósito (2004) e Lefebvre (1983). Através desse método foi possível analisar e compreender os estudos das contradições, onde espaço deve ser analisado em conjunto com o sujeito. A metodologia que utilizamos foi a aplicação de questionários, registros fotográficos e diário de campo. Num total de 94 famílias entrevistadas, 38 foram mulheres e 56 homens, dentre os quais podemos destacar uma quantidade significativa de mulheres com a posse de documentos e titulação do lote. Enquanto no que tange ao financiamento, apenas 38% das mulheres entrevistadas afirmaram o terem realizado, segundo elas devido à falta de informação.

Palavras-chave: Espaço, Gênero, Empoderamento e Políticas Públicas para Mulheres Rurais.

ABSTRACT

This research shows a study of rural settlement Joan D'Arc III which is influenced by social, economic, environmental and cultural factors. It attempted to thus analyze the differences imposed on men and women and how they are constructed socially and culturally, genre are ideas and opinions that society itself builds of being a man and of being a woman. The mode of organization in the settlement arises from the moment the settlers and settled identify the territory in which they live the territory comes from space, an appropriation of space. This study aimed to identify and analyze the implementation of public policies in Settlement Rural Joan of Arc III, analyzing how these policies meet rural women and what are the main changes in their lives. Access to policies is a form of empowerment for them, a way to have a better life and the power of decision. We use the dialectical method based on Fourez (1995), Spósito (2004) and Lefebvre (1983). Through this method it was possible to analyze and understand the study of contradictions, where space must be analyzed together with the subject. The methodology we used was the questionnaires, photographic records and diary. A total of 94 families were interviewed 38 women and 56 men, among which we can highlight a significant amount of women in possession of documents and title of the lot. While with regard to funding, only 38% of women surveyed said they had done, according to them due to lack of information.

Key-words: Space, Gender, Empowerment and Public Policies for Rural Women.

RESUMEN

Esta investigación muestra um estúdio del asentamiento rural Joan Da'rc III que, se ve influenciada por factores sociales, económicos, ambientales y culturales. Se trataba de analizar tanto las diferencias impuestas a hombres y mujeres y la forma en que se construyen socialmente y culturalmente género sonideas y opiniones que la propia sociedad construye de ser hombre y de ser mujer. El modo de organización enelasentamiento surge desde el momento en que los colonos y se instaló identificar el território enel que viven, el território viene desde elespacio, una apropiación del espacio. Este estudiotuvo como objetivo identificar y analizar la implementación de políticas públicas em Asentamiento Rural Juana de Arco III, elanálisis de cómo estas políticas se encuentran lãs mujeres rurales y cuálesson los principales cambios en sus vidas. El acceso a políticas és una forma de empoderamiento para ellos, una manera de tener una vida mejor y el poder de decisión. Utilizamos el método dialéctico basado em Fourez (1995), Spósito (2004) y Lefebvre (1983). Através de este método fueposibleanalizar y comprender el estudio de contradicciones, donde se debeanalizarelespacio junto com el tema. La metodología que utilizamos fueloscuestionarios, registros fotográficos y diario. Un total de 94 familias fueron entrevistadas 38 mujeres y 56 hombres, entre los que podemos destacar una cantidad significativa de mujeres em posesión de documentos y título del lote. Mientras que enlo que respecta a la financiación, sóloel 38% de las mujeres em cuestadasdijo que habíanhecho, segúnellos debido a la falta de información.

Palabras-clave: Espacio, Género, Empodemiento y Políticas Públicas para las Mujeres Rurales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Jardim..... 24
Figura 02 – Representação de Gênero..... 40
Figura 03 – Mutirão do PNDTR na Comunidade de Nazaré, em Porto Velho/RO..... 44
Figura 04 – Criação de galinha..... 44
Figura 05 – Plantação de mandioca..... 45
Figura 06 – Linha 17, mãe e filha andam de bicicleta pelo Assentamento Joana D'Arc III..... 46
Figura 07 – Mapa de localização..... 51
Figura 08 – Linha 17..... 53
Figura 09 – Travessão João Costa: Início das Agrovilas..... 53
Figura 10 – Imagem representando um lote da Agrovila..... 54
Figura 11 – Área de preservação permanente..... 55
Figura 12 – Rio que passa no lote..... 55
Figura 13 – Plantação de banana..... 55
Figura 14 – Plantação de café..... 55
Figura 15 – Plantação de mandioca..... 55
Figura 16 – Igreja Batista..... 55
Figura 17 – Casa..... 55
Figura 18 – Núcleo da Agrovila: União dos camponeses..... 55
Figura 19 – Descascadeiras..... 60
Figura 20 – Homens e Mulheres descascando mandioca..... 61
Figura 21 – Entrevista..... 62
Figura 22 – Entrega das mudas..... 63
Figura 23 – Mulheres inseridas nos programas de crédito Pronaf-Mulher no Assentamento Joana D'Arc III..... 65
Figura 24 – Solo encharcado..... 67
Figura 25 – Entrevista à beira da estrada com Dona Tatiane ao lado seu filho, moradora no Assentamento Joana D'Arc III..... 71

Figura 26 – Equipe EKOAR: Agentes que trabalham com assistência técnica junto com os assentados.....74
Figura 27 – Realização de fotos 3x4 – Comunidade Nazaré.....82
Figura 28 – Realização de fotos 3x4 – Comunidade Cujubinzinho.....83
Figura 29 – Fila à beira do rio Madeira no mutirão do MDA realizado no Distrito de Nazaré – Porto Velho/RO.....83
Figura 30 – Molho de pimenta.....90
Figura 31 – Sabão em barra e em pasta.....90
Figura 32 – Ímãs de crochê.....91
Figura 33 – Cortinas de crochê.....91
Figura 34 – Descascadeiras de mandioca.....93

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

GRÁFICOS:

Gráfico 01– Gênero dos Assentados.....78
Gráfico 02 – Estado civil das mulheres.....80
Gráfico 03 – "Donas" da Terra.....81
Gráfico 04 – Financiamento.....84

QUADROS:

Quadro 01 – Instituições e Ações.....72
Quadro 02 – Cursos.....76
Quadro 03 – Pontos Positivos e Negativos do PRONAF-MULHER.....85
Quadro 04 – Atividades realizadas antes do financiamento.....87
Quadro 05 – Atividades realizadas depois do financiamento.....88

LISTA DE ABREVIATURAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

DFMDA/RO – Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Estado de Rondônia

EMATER-RO – Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado de Rondônia

EMBRAPA/RO – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização para Alimentação e Agricultura

GEPGENERO – Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MCC – Movimento dos Camponeses de Corumbiara

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Sem-Terra

PA – Projeto de Assentamento

PIBIC – Programa Nacional de Bolsas de Iniciação Científica

PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PROCEA – Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis

PROCAF – Programa de Revitalização da Cafeicultura

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento

SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária

SEMAGRIC – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA 04
AGRADECIMENTOS 05
RESUMO 08
ABSTRACT 09
RESUMEN 10
LISTA DE FIGURAS 11
LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS 13
LISTA DE ABREVIATURAS 14
APRESENTAÇÃO 17
INTRODUÇÃO 19

CAPÍTULO I – ABORDAGENS TEÓRICAS: GEOGRAFIA AGRÁRIA GEOGRAFIA CULTURAL, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS 23

1.1. Geografia Agrária: assentamento como solução de conflitos 24
1.2. Abordagens Teóricas da Geografia, Gênero, Território e Poder 26
1.3. As relações de Gênero no Espaço Agrário 33
1.4. Um olhar temporal das dissertações defendidas pelo grupo de pesquisa GEPGENERO no Assentamento Joana D'arc III 35
1.5. Políticas Públicas para as mulheres rurais serem "donas" da terra 39
1.5.1 Titulação Conjunta 40
1.5.2 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural 41
1.5.3 Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural 43
1.5.3 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar 43

CAPÍTULO II – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA 46

2.1 Objetivos e Metodologia 47
2.2 Técnicas utilizadas 49

2.3 Lócus da Pesquisa 51

CAPÍTULO III – EMPODERAMENTO FEMININO E O DESAFIO DO CRÉDITO DO PRONAF-MULHER 65

3.1 O assentamento no período da cheia histórica do Rio Madeira 66
3.1.1 Ocupação no INCRA..... 68
3.1.2 Resistência em permanecer no assentamento 70
3.2. Ações das Instituições..... 72
3.3. Assistência Técnica..... 73
3.3.1 Agroindústria..... 75
3.4. Equidade de gênero no espaço rural 77
3.5. Titulação Conjunta 80
3.6. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural..... 81
3.7. Acesso ao crédito do PRONAF-MULHER..... 84
3.7.1 Pluriatividade 89
3.7.2 As Descascadeiras de mandioca..... 92

CONSIDERAÇÕES 93

REFERÊNCIAS.....96

APRESENTAÇÃO

O tema deste trabalho e o local de pesquisa surgiram primeiramente do projeto-mãe do GEPGENERO (Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero) tendo como coordenadora e fundadora do grupo a professora Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva que coordenava o projeto intitulado: **"Perspectiva de Gênero na aplicação de técnicas de manejo Agro-Pastoris e Intervenções Ambientais: estudo comparado em Comunidade Camponesa de Reforma Agrária, PA Joana D'arc e Comunidade Ribeirinha PDSA Nazaré e Boa Vitória"**, que tinha duas linhas de pesquisa: uma no meio rural, sendo o Assentamento Joana D'Arc III e a outra na área ribeirinha no Distrito de Nazaré, ambas em Porto Velho.

Entrei no grupo em 2011 apenas como colaboradora e me interessei pelas questões de gênero no espaço agrário, no ano de 2011-2012 eu participei desenvolvendo o subprojeto: **"Equidade de Gênero no Assentamento rural Joana D'arc III"** como voluntária do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), e recebia bolsa pela Universidade Federal de Rondônia através da PROCEA (Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis) e no ano 2012-2013 como bolsista do PIBIC-CNPq, onde a professora tinha como projeto: **"Geografia e gênero nos assentamentos rurais de Rondônia"** e eu trabalhei com o subprojeto: **"Cidadania para as mulheres rurais: os impactos das políticas públicas na vida das mulheres rurais no Assentamento Joana D'Arc III"**. Essas pesquisas da iniciação científica foram realizadas na área rural, especificamente no Assentamento Rural Joana D'arc III, com a temática de gênero.

Em 2013 desenvolvi o bacharelado na mesma área de pesquisa, com o título: **"Equidade de Gênero no campo: o modo de vida de homens e mulheres das agrovilas do Assentamento Rural Joana D'arc III, Porto Velho-RO",** nesse período realizei o estágio de bacharelado na época chamada de Delegacia Federal do Ministério Desenvolvimento Agrário do Estado de Rondônia (DFMDA/RO), atual Delegacia Federal da Secretaria

Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD) com sede no Incra em Porto Velho.

Em 2014 com a aprovação no Programa de Pós Graduação em Geografia, continuei a pesquisa no assentamento Joana D'arc III, trabalhando com as políticas públicas que atuam no assentamento e que são acessadas pelas mulheres rurais, tendo como tema na dissertação: As "donas" da terra: o acesso das mulheres rurais às políticas públicas no assentamento rural Joana D'Arc III, no município de Porto Velho-RO.

INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, são quase 15 milhões de mulheres trabalhadoras rurais, muitas delas sem acesso à cidadania, saúde, educação e sem reconhecimento da sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, quilombola, ribeirinha ou camponesa (BUTTO & HORA, 2008). As mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2006) e as estimativas da Organização Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, apenas 1% das propriedades rurais no mundo pertence às mulheres.

A história mostra que a posse dos bens da família era exclusivamente do homem, mesmo que este fosse um parente distante. A implementação das políticas públicas em benefício das trabalhadoras rurais possibilita o empoderamento dessas mulheres. Nesse sentido, o poder a elas, em todas as áreas, e, de modo particular, no campo, ainda é reduzido, embora, historicamente, tenha havido lutas para a igualdade de gênero.

Através do Plano Nacional de Políticas para as Trabalhadoras Rurais, desenvolvido pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), algumas políticas vêm se materializando através de ações como a do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) que possibilitam o acesso à documentação civil e trabalhista, com isso a trabalhadora rural pode acessar as políticas públicas.

Outra garantia para as trabalhadoras rurais é o direito a terra, que foi ampliado através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), que garante e estimula a participação das mulheres na gestão econômica dos assentamentos, tornando obrigatório na titulação do lote o nome da mulher. Segundo a Portaria do Incra 981/2003, se estabeleceu que os lotes podem ser distribuídos a pessoas que constituem um casal, que ambos tenham a posse do lote, com isso a mulher garante a titularidade da terra independente da sua condição civil e que seja chefe de família (BUTTO, 2008).

As famílias chefiadas por mulheres passaram a ter preferência na titulação da terra.

Outros serviços rurais foram ampliados, como a linha de crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que passou a reconhecer as mulheres rurais como agricultoras, a linha específica para elas é chamada de PRONAF-MULHER e a Política Nacional de Assistência Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que é uma política de apoio à produção.

O PNDTR realiza mutirões nas localidades rurais para atender a emissão de documentos civis e trabalhistas para as mulheres, os homens também são beneficiados, também é feito o repasse de informações sobre como acessar outras políticas públicas e o principal requisito é ter os documentos básicos. Em Rondônia, o PNDTR atende as trabalhadoras rurais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas desde o ano de 2004 através de mutirões com as instituições parceiras. A criação desse programa atua como um grande avanço por se pensar em políticas públicas que trabalham com as questões de gênero, desmistificando a concepção que a sociedade construiu em relação a homens e mulheres.

A diferença social do que é ser homem ou mulher é um papel determinado pela sociedade, que historicamente é reforçado pelos laços fortes que o patriarcado ainda exerce; ainda que mudanças e rupturas estejam ocorrendo na atualidade, o sexo masculino continua privilegiado, principalmente quando se trata de questões referentes ao meio rural, em que o direito maior cabe ao homem, por ser considerado o “chefe da família”.

A presente pesquisa objetiva analisar o impacto das políticas públicas na vida das mulheres do Assentamento Rural Joana D’Arc III, por meio das políticas públicas, como o PNDTR, o Acesso a Terra, ATES e PRONAF/MULHER. Atentamos em evidenciar de que forma as mulheres dessa localidade buscam estratégias para se inserirem nessas políticas, além de cuidarem das múltiplas tarefas que lhes são atribuídas nos espaços familiares.

As diferenças colocadas pela sociedade de forma cultural entre homens e mulheres colocam a mulher em um contexto de subordinação ao homem, pelo simples fato de terem nascido com o sexo feminino e tudo o que

a mulher deve fazer já está imposto pela sociedade, não é que nascemos diferentes e sim nos tornamos diferentes.

As relações de gênero nos permite estudar as contradições, com isso utilizamos o método dialético, de acordo com LEFEBVRE (1983). Através desse método foi possível analisar e compreender os estudos das contradições, onde estão presentes as desigualdades geográficas, o conflito entre a tradição e a modernidade e o capitalismo. Onde agricultores e agricultoras sobrevivem com estratégias no meio rural, através de lutas e resistências.

Utilizamos como categorias de análises da geografia o espaço, o gênero, o poder, o território e as políticas públicas para as mulheres rurais. Essas categorias contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa intitulada: **AS "DONAS" DA TERRA: O ACESSO DAS MULHERES RURAIS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO RURAL JOANA D'ARC III, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.**

Considerando que as políticas públicas voltadas para a área rural têm uma grande importância para o desenvolvimento do assentamento, ocorre-se que algumas políticas só podiam ser acessadas pelo trabalhador rural, ou seja, pelo homem, as mulheres rurais ficavam "invisibilizadas" por não terem políticas públicas voltadas para elas. Só a partir de 2004, no Brasil, que houve um interesse do governo federal para implantação de políticas públicas que sejam voltadas para a trabalhadora rural.

Partindo da necessidade em dar visibilidade ao assentamento, a pesquisa fez um levantamento sobre os programas que atendem o Assentamento Rural Joana D'arc III, onde levantamos o seguinte questionamento: será que as políticas públicas estão sendo voltadas e acessadas pelas mulheres rurais e quais os impactos que essas políticas causam na vida delas? Levantamos nossa problemática que está intimamente ligada à implementação e execução das políticas públicas no assentamento pesquisado. Este trabalho teve como objetivo geral identificar e analisar a implementação das políticas públicas no Assentamento Rural Joana D'arc III, analisando de que forma essas políticas atendem as mulheres rurais e quais as principais mudanças ocorridas na vida delas.

A pesquisa é composta por três capítulos, no capítulo I tratamos de alguns conceitos da geografia pertinentes para a pesquisa, utilizando como conceitos: gênero, território e poder. Ressaltando os estudos de gênero dentro da geografia e a importância na sua área de estudo que é a Geografia Cultura, expomos a nossa problemática e o objetivo geral da pesquisa. Também neste capítulo explicamos as políticas públicas que são acessadas pelas mulheres rurais.

No capítulo II expomos os objetivos específicos, identificamos como o método utilizado o dialético, identificamos os procedimentos metodológicos, utilizamos como técnicas: pesquisa de campo, os questionários, o diário de campo, a observação e os registros fotográficos. Identificamos o local da pesquisa, que é o Assentamento Rural Joana D'arc III e um pouco da história de como foi criado.

No capítulo III apresentamos os resultados obtidos através da pesquisa de campo, dos questionários e das entrevistas, onde mostramos quais políticas públicas estão sendo acessadas pelas mulheres rurais e como essas políticas tem mudado suas vidas, também mostramos algumas dificuldades enfrentadas por homens e mulheres do assentamento em decorrência da cheia histórica do Rio Madeira no ano de 2014.

CAPÍTULO I

ABORDAGENS TEÓRICAS: GEOGRAFIA CULTURAL, GÊNERO E GEOGRAFIA AGRÁRIA

Figura 01: Jardim de uma casa no Assentamento Joana D'arc III, em Porto Velho/RO. (GÓES, Kelyany. 2013).

1.1 Abordagens Teóricas da Geografia, Gênero, Território e Poder

A geografia humana nos mostra como o olhar geográfico tem que estar atento para as coisas simples, principalmente para homens e mulheres que muitas vezes são esquecidos pelo gestor público e pela sociedade, onde se torna necessário conhecer o modo como se organizam, onde vivem, como vivem, como estão estruturados os espaços que se relacionam e como essas pessoas enfrentam os obstáculos que muitas vezes são impostos pelo modo de produção capitalista ou pela adversidade da natureza. Segundo CLAVAL, 2001:

> A geografia humana estuda a repartição dos homens, de suas atividades e de suas obras na superfície da terra, e tenta explicá-la pela maneira como os grupos se inserem no ambiente, o exploram e transformam; o geógrafo debruça-se sobre os laços que os indivíduos tecem entre si, sobre a maneira como instituem a sociedade, como a organizam e como a identificam ao território no qual vivem ou com o qual sonham. (CLAVAL, 2001, p. 11.)

As diferenças impostas a homens e mulheres são construídas social e culturalmente, a partir do momento em que identificam o território em que vivem, segundo Raffestin (1993), o território surge a partir do espaço, uma apropriação do espaço.

> É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Embasamo-nos em Paul Claval (2001) que descreve a cultura como algo que herdamos de nossos ancestrais e do grupo em que vivemos, a partir do momento que encontramos novos grupos existe o compartilhamento de informações, técnicas e saberes, e também pode acontecer o choque de ideias, ao mesmo tempo em que adquirimos conhecimentos e os partilhamos, ou seja, é uma troca do que adquirimos durante a vida.

> “A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos

> durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. (...) Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que floresceram no seu seio." (CLAVAL, 2001, p. 63)

As pesquisas de gênero se baseiam no estudo cultural, para compreender as subjetividades e as relações que ocorrem entre homem e mulher, que podemos chamar de relações de poder. Essa última não ocorre subjetivamente, pois as relações são propositais e acontecem por diversos interesses. Notamos que a comunicação é uma forma de dominação muito utilizada pelas classes dominantes, conforme BAKHTIN (2006), no caso do assentamento, pelos órgãos e representantes do governo em relação à classe dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

> A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder, etc. (BAKHTIN, 2006, p.55).

Os estudos de gênero aparecem na década de 1970 na Europa, onde os estudos geográficos consideram a categoria gênero para compreensão do espaço. Para Sabaté Martínez (1995), a geografia do gênero estuda-o enquanto categoria de análise, dessa forma não parte de epistemologias feministas, pois a geografia feminista se baseia em teorias do feminismo para compreender os fenômenos geográficos. O estudo de gênero se faz necessário para tratar das relações desiguais de poder impostas culturalmente entre homens e mulheres, relações estas que vêm a influenciar nos modos de organização e representações sociais.

> Gênero é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença entre homens e mulheres. Não se trata de um atributo individual, mas que se adquire a partir da interação com os outros e contribui para a reprodução da ordem social. (YANNOULAS, VALLEJOS, LENARDUZZI, 2000, p. 427).

Dessa forma a concepção de gênero pelas autoras se dá a partir da organização entre homens e mulheres e a interação desses com outros grupos,

através da interpretação individual das culturas sobre as diferenças entre homens e mulheres. O conceito de gênero nos permite compreender que não são as diferenças biológicas entre homens e mulheres que o diferencia, mas sim a representação que é feita pela sociedade. Segundo a geógrafa Joseli Silva, gênero são ideias e opiniões que a própria sociedade constrói do que é ser homem e do que é ser mulher. "Tal conceito permite compreender que não são as diferenças dos corpos de homens e mulheres que os posicionam em diferentes hierarquias, mas sim a simbolização que a sociedade faz delas" (SILVA, 2003, p. 23). Ainda segundo Joseli Silva,

> O conceito de gênero agrega a dimensão social e cultural da diferença sexual, adotando a perspectiva da construção social dos papéis sociais que devem ser desempenhados por homens e mulheres, e nega a construção universal das diferenças, implicando a compreensão dos papéis em determinada estrutura temporal e espacial. (SILVA, 2003, p. 26).

Através do entendimento do conceito de gênero torna-se possível desmistificar as diferenças construídas social e culturalmente, onde diante de um contexto social as mulheres foram submissas aos homens, com restrições que as levaram a não fazerem parte da vida pública, estando restritas ao espaço privado, tendo suas atividades relacionadas ao cuidado do lar e da família. A partir do conceito permite-se compreender de que maneira a sociedade caracteriza o masculino e o feminino a partir da diferença biológica.

As diferenças entre os sexos são biológicas, isso não influência na maneira como irá se comportar na sociedade. As diferenças existentes entre homens e mulheres são construções sociais, baseadas em relação de poder, que foram criadas para diferenciar o masculino do feminino e dessa forma manipular os espaços que homens e mulheres devem usufruir.

1.2 Geografia Agrária: assentamento como solução de conflitos

O assentamento que esta pesquisa aborda é o Assentamento Joana D'Arc III, com Latitude: 9º05'47''34 S e Longitude: 64º48'60''73 W o qual foi regularizado no ano de 2000, onde os primeiros assentados foram encaminhados pelo INCRA. Este assentamento surgiu da luta de dois

movimentos sociais, o MCC (Movimento dos Camponeses de Corumbiara) e o MST (Movimento dos Sem-terra), localizado no município de Jaci – Paraná, esse movimento foi criado para beneficiar os camponeses que sobreviveram ao massacre que ocorreu no município de Corumbiara, na fazenda Santa Elina, o qual, segundo MESQUITA (2010), o chama de massacre pelo modo como esses camponeses foram expulsos, ou seja, retirados à força da terra.

> Em todas as entrevistas e conversas com os camponeses que estiveram na Santa Elina e seus vizinhos há uma coerência e coincidência nas informações ao descrever o ataque ao acampamento, a entrada dos jagunços e policiais, espancando, atirando e torturando dentro do acampamento, depois de rendidos, a continuação das torturas e execuções, a retirada dos posseiros presos no local do acampamento até o campo de futebol. Homens e meninos eram arrastados e espancados sistematicamente, foram obrigados a comer terra molhada com sangue. Além de todas as torturas físicas ainda sofreram constrangimentos morais e psicológicas e agressões verbais. (Mesquita, 2010 p. 186).

Assim como os camponeses de Corumbiara, este assentamento também atendeu pessoas que por algum motivo tiveram que ser remanejadas de outros lugares, ou porque ainda não possuíam um local onde pudessem construir suas vidas.

As primeiras famílias que residiram no assentamento saíram devido à precariedade do local. Pois, segundo os assentados, o Incra levou essas famílias, mas deixaram-nas em um local bem antes de chegar ao assentamento. Essas famílias foram desbravadoras, tiveram que andar alguns quilômetros para poder chegar de fato ao local, abrindo a estrada.

Utilizamos também o conceito de agricultor familiar, de acordo com Ricardo de Abramovay,

> (...) são camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos (...) diferentemente de boa parte da literatura a respeito, a ênfase da definição (e, portanto, da diferença com relação aos agricultores familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado. (ABRAMOVAY, 1992 p. 24)

O capitalismo sempre fez parte do campo de interesse de estudo dos geógrafos, David Harvey (2004) diz que são crises de destruição, pois a

burguesia cria os fundamentos geográficos, como a ecologia, a cultura e o espaço, ao mesmo tempo em que cria, os destrói.

> Crises de destruição criadora caracterizadas pelo “absurdo” do excesso de produção em meio a inúmeras necessidades sociais urgentes, mas não atendidas, de fome em meio a abundância, de desigualdades em rápido crescimento e da periódica destruição das forças produtivas antes criadas com que a burguesia buscou criar um mundo à sua própria imagem e semelhança (...) mas essas mesmas forças aparentemente mágicas produzem desemprego, desinvestimento e destruição de modos de vida que a própria burguesia preza (...) (HARVEY, 2004, p. 39).

O capitalismo atua no campo através do trabalho assalariado e da modernização do campo, da mesma forma que o articula ele também age de forma contraditória na sua produção. É dessa forma que trabalhadores e trabalhadoras rurais estão inseridos no capitalismo.

A expansão da fronteira para a Amazônia sob os desígnios da “modernização conservadora” no pós-1970, resultou, por um lado, na expropriação do campesinato e populações indígenas e em enormes conflitos sociais em torno da disputa pela terra e, por outro, numa escalada crescente de agressão à paisagem natural e ao meio ambiente da região, que, segundo HARVEY, 2004:

> (...) “É vital reconhecer as maneiras pelas quais as reorganizações e reestruturações, as estratégias espaciais e os elementos geopolíticos, os desenvolvimentos geográficos desiguais e assim por diante são aspectos vitais da acumulação do capital e da dinâmica da luta de classes, tanto historicamente como em nossos dias”. (HARVEY, 2004, p. 49).

No Estado de Rondônia, esse período foi marcado por uma grande migração para a região amazônica, vieram pequenos, médios e grandes produtores rurais de outros Estados em busca de uma vida melhor para sua família, esta ocupação e este período pode ser dividido em duas etapas: a primeira vai de 1970 a 1980, onde ocorreu a expropriação devido a colonização agrícola no Estado; e a segunda na década de 1980 a 1990 que foi marcada pela mobilização dos sem-terra que forçaram o Estado a criar projetos de assentamento.

Em virtude desse crescimento, iniciam-se, assim como em outras regiões, os conflitos pela posse de terras. Com isso, foram criados vários projetos de assentamentos (PA), que deram origem as glebas, entre elas a Gleba Jacy Paraná, que se localizava à margem esquerda do Rio Madeira no município de Porto Velho, essa gleba foi dividida em três, formando os assentamentos rurais Joana D'Arc I, II e III.

> O conceito de ruralidade perpetua-se na imaginação e nas práticas diárias do mundo contemporâneo. Atribuem-se muitos significados ao mundo rural e esses diversos significados moldam, não só a sociedade, como a própria estrutura económica das localidades rurais e da vida das pessoas no seu dia a dia, que vivem, trabalham ou descansam nas zonas rurais. (BAYLINA; GARCIA-RAMON; PORTO; SALAMAÑA e VILLARINO, 2015, p. 26).

O assentamento surgiu a partir de um acampamento de famílias, que tinham sido expropriadas do Assentamento na fazenda Santa Elina localizada no município de Corumbiara, foram expulsas através de ameaças e com tiros de arma de fogo, onde houve muito sangue e morte, essa tragédia ficou conhecida como o Massacre de Corumbiara. As famílias que sobreviveram ao massacre juntaram-se e se reuniram formando o MCC (Movimento dos Camponeses de Corumbiara) e juntamente com outras famílias que não possuíam terra, vindas de outras regiões, que eram o MST (Movimento dos Sem-Terra), se uniram para conseguir no INCRA um assentamento e receberam o Assentamento Joana D'Arc III.

Através de muita luta conseguiram junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) o direito a terra. Alguns avanços vêm ocorrendo para a melhoria de vida das mulheres do campo, em especial na Amazônia, especificamente no Assentamento Joana D'Arc III, como exemplo, as políticas públicas que recentemente estão sendo acessadas pelas mulheres, como a consolidação da linha de crédito específica para as mulheres (PRONAF- Mulher) e a titulação conjunta.

O INCRA tem como principal papel a regularização fundiária, Através das distribuições de terras realizadas pelo governo federal para aqueles que não a possuem, ainda é crescente os conflitos pela posse de terra no Brasil, conflitos entre os latifundiários e os camponeses, onde essa é a luta das

famílias em busca de um pedaço de terra na expectativa que ali poderão trabalhar e garantir os seus sustentos.

> O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário, etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUES, 2008, p. 60).

Por conta desses conflitos fazem-se necessários estudos a respeito dessas pessoas que acabam sendo afetadas de alguma forma proveniente das transformações e mudanças em suas vidas.

A organização das agrovilas do assentamento Joana D'Arc III está voltada para a agricultura familiar, pois as famílias participam de todo o processo de produção, plantam, colhem e vendem. A agricultura familiar é conceituada por Viegas (2007, p. 4) como "(...) àquela em que os trabalhos ao nível da unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo ela a iniciativa, o domínio e o controle, do *que* e do *como* produzir".

Entretanto, é evidente que a estrutura fundiária que se concentrou nas políticas públicas agrícolas e nos padrões tecnológicos excludentes, principalmente àqueles que "invisibilizaram" as mulheres trabalhadoras rurais, produziram o empobrecimento dos agricultores e agricultoras, resultando na perda de suas propriedades, a perda da biodiversidade e a contaminação dos rios e pessoas pelo uso de agrotóxicos, mostrando ser este um modelo insustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental. Dessa forma evidencia-se a real necessidade de políticas públicas voltadas especialmente para as trabalhadoras rurais.

> A política pública pode ser entendida como o meio de o Estado intervir em questões sociais expressas pelo conjunto de desigualdades (re) produzidas pelas contradições do modo capitalista de produção e consequentemente pelas relações sociais. Essa política de responsabilidade estatal deve ser apreendida no contexto politico, social, cultural e econômico atendendo a lógica do Estado que executa de acordo com o interesse de grupos e classes sociais (LINDO, 2011, p. 61).

No Brasil, segundo censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), são quase 15 milhões de mulheres trabalhadoras rurais, muitas delas sem acesso à cidadania, saúde, educação e sem reconhecimento da sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, quilombola, ribeirinha ou camponesa (BUTTO & HORA, 2008). As mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2006).

Segundo estimativas da FAO, apenas 1% das propriedades no mundo estão nas mãos das mulheres. (Butto & Hora, 2008). Logo, as políticas que chegam para a Amazônia ainda não incorporaram os estudos de gênero; devido à falta de entendimento sobre o significado deste conceito muito importante. Segundo Rossini (2008, p. 4).

> É importante perceber que o enfoque de gênero deve se concentrar nos efeitos e impactos desiguais de políticas e estratégias de desenvolvimento, causados em homens e mulheres. Essa relação não é estabelecida pelo fato de que as mulheres pertençam ao sexo feminino (biologia), mas sim aos papéis socialmente criados (papéis de gênero) e que continuam lhes sendo impostos estejam onde estiverem. Uns e outros têm diferentes problemas, interesses, necessidades e prioridades que não devem ser confundidas nem homologadas pelas políticas públicas.

Os assentamentos surgem como uma tentativa de resolver conflitos sociais emergentes. A área de um assentamento torna-se um cenário apropriado para se fazer um intercâmbio de informações que possibilite uma análise crítica de como os assentados reordenam seus tradicionais padrões culturais advindos da experiência de vida e agora passam a ter uma vivência comunitária, e onde as relações dialogam e se confrontam através das relações de poder, conforme Raffestin (1993):

> O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência: "O poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares". (...) O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam (...) (RAFFESTIN, 1993, p. 52 e 53).

As mulheres nos espaços privados e os homens nos espaços públicos. A sociedade coloca como função da mulher o cuidado com a família, com os

filhos, com o lar, e o homem é o que vai trabalhar para sustentar a casa e a família. Porém, as mulheres do assentamento têm buscado sua inserção no trabalho, elas também contribuem com a renda familiar, ou seja, estão tendo empoderamento em relação ao lote,

> O empoderamento pode ser percebido nas dimensões econômica, pessoal, social e política. Na dimensão econômica, consideram-se as perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho. A dimensão pessoal compreende o aumento da autoestima e da autoconfiança. Nas dimensões sociais e política, focaliza-se a capacidade das mulheres de mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta, assim como a ampliação de sua participação em instâncias de poder. (Brumer e Anjos, 2008, p. 221).

Com o acesso às políticas públicas as mulheres trabalhadoras rurais do Assentamento Joana D'Arc III conseguem ter maior autoestima e dessa forma conquistarem o empoderamento, como nos diz Nascimento Silva (2012),

> A noção de empoderamento refere-se a mudanças ou pelo menos melhoria das condições sociais de existência de mulheres com poucos recursos sociais e políticos. As mulheres do Joana D'Arc III estão começando a despertar para essas possibilidades. Mas para que isso aconteça é necessária toda uma eficiência na gestão de políticas públicas que cheguem até essas mulheres. (NASCIMENTO SILVA, 2012 p.34).

O assentamento pesquisado é composto por homens e mulheres que apesar das dificuldades não desistem de conseguir uma melhoria das condições de vida, compõem um cenário rural, onde é possível observar as várias transformações ocorridas ao longo dos anos, referente aos processos de atuação das políticas públicas que serão analisados nessa pesquisa.

O trabalho da mulher no meio rural sempre foi tratado com invisibilidade e ainda é considerado como invisível, pois podemos observar no trabalho da roça que na maioria das vezes esse ainda é considerado uma "ajuda" para o marido, onde não se tem um poder de decisão para o plantio, ela apenas faz o cultivo da horta, cuida da casa e dos filhos, isso nos leva a pensar que a marginalização do trabalho da mulher rural ainda é presente no campo. Porém, com programas voltados especialmente para as mulheres, essa realidade vem mudando no meio rural.

As questões pessoais, sociais, políticas e financeiras ou de produção são fatores que contribuem para que ocorra o empoderamento dessas trabalhadoras rurais, tendo autonomia. Dessa forma, buscam igualdade de oportunidades, fazendo com que estejam contribuindo para uma equidade de gênero no assentamento rural Joana D'Arc III.

A autonomia dessas mulheres não é apenas em relação ao dinheiro, mas também em relação ao poder de decisão que podem ter ao escolher o que comprar, o que produzir, plantar e comercializar.

1.3 As relações de Gênero no Espaço Agrário

A pesquisa desperta interesse ao expressar as perspectivas de gênero presentes na agricultura familiar; o patriarcado, ou seja, o sistema em que o marido detinha o controle sobre a mulher, ainda é muito presente no campo. Por esse motivo o trabalho da mulher torna-se quase invisível no meio rural, apesar de ter havido bastantes transformações, como a inserção de políticas públicas voltadas para elas, as quais nos levam a pensar em um novo conjunto familiar no campo, ainda é observada a presença do patriarcado no assentamento.

As relações sociais são compreendidas através da análise do espaço, o qual se caracteriza como dinâmico e tendo as relações como seu fator estruturador; através de atividades que homens e mulheres realizam no espaço, ele se modifica.

O espaço, além de ser influenciado por fatores sociais, também é influenciado por outros fatores, como, os econômicos, ambientais e culturais. Através da sistemática cultural, Milton Santos (1978) conceitua que:

> O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Neste sentido identifica-se uma oportunidade que fora observada pela mulher no campo, além da necessidade de subsistência, a mulher desperta para as atividades da roça, passa a plantar, colher, desenvolver atividades que antes apenas eram desenvolvidas pelo homem ou de outra forma passam a produzir em paralelo aos trabalhos praticados pelo homem, passam a descobrir e praticar novas tarefas que também produzem renda; proporcionando, assim, o sustento de sua família.

> Quando falamos relações de Gênero, estamos falando de poder. Na medida em que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantém a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal. (Costa, 2008, p.4.)

É nítida a inversão de papéis, a mulher do campo passa a produzir e a contribuir para o sustento da casa, passa a ser vista com outros olhos, marca a sociedade com seu desenvolvimento, sofrida e contínua, mas, acima de tudo, persistente, deixando para trás a antiga forma de pensar onde os homens eram capazes de produzir e as mulheres subordinadas, participavam muito pouco da produção de modo geral, ficava apenas com o trabalho reprodutivo e não produtivo.

A conquista da mulher rural, sua valorização e sua capacidade de produzir não excluem dela suas antigas tarefas domésticas, de regra ainda continua sendo desempenhada por ela em conjunto as antigas tarefas do lar, ou seja, a mulher trabalhadora não passa a ser só a provedora do lar, acumula também este novo papel ao antigo perfil de dona de casa e responsável pela organização da família.

O espaço que as mulheres ocupam na maioria das vezes é o privado e estão voltados à tarefa do lar, ao cuidado com a família, cuidado com os animais e a horta. Enquanto que as atividades realizadas pelos homens se referem sempre ao espaço público, ou seja, fora de casa. No caso da agricultura familiar, se somam ainda especificidades do lugar, onde esse espaço de produção se caracteriza pelo trabalho de membros da família, sendo que a remuneração do trabalho para tal é inexistente. Segundo NASCIMENTO SILVA, (2011):

> O sexo e o estado civil têm grande importância quando se trata da participação de homens e mulheres nas tomadas de decisões. A figura masculina ainda é tida como chefe da família e é ele quem toma as principais decisões, isso porque é atribuída ao homem uma maior habilidade em lidar com os negócios, em muitos casos ainda é ele quem define o produto cultivado para a comercialização. As mulheres vêm se impondo muito lentamente, mas já é um começo, alguns homens já dão abertura para o diálogo no que diz respeito às suas opiniões e decisões. No caso da titulação conjunta onde ela encabeça a titularidade, essa mulher passa a ter um maior poder de decisão ainda que tenha que dividir esse papel com o marido que é o que acontece na maioria das vezes (Nascimento Silva, 2011. p.144).

A mulher do campo aceita o desafio de reverter a situação de submissão e passa a exercer um novo modelo de produção no campo, fazendo a diferença no resultado final, embora ainda seja o homem que detenha o poder de decisão do lote.

1.4 UM OLHAR TEMPORAL DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS PELO GRUPO DE PESQUISA GEPGENERO NO ASSENTAMENTO RURAL JOANA D'ARC III (2011 – 2015)

Há seis anos o GEPGENERO realiza pesquisas no meio rural e ribeirinho através de um projeto maior sob orientação da Professora Doutora Maria das Graças Silva Nascimento Silva. No meio ribeirinho, as pesquisas foram realizadas no Distrito de Nazaré e no meio rural foram realizadas no Assentamento Joana D'Arc III; iremos abordar apenas as pesquisas realizadas no Assentamento Joana D'Arc III pelas pesquisadoras do GEPGENERO. Podemos citar entre os trabalhos acadêmicos: as publicações em anais de eventos, as monografias apresentadas para o título de bacharelas e as dissertações para o título de mestras em geografia.

O grupo tem três dissertações defendidas e aprovadas que estão disponíveis no site do Programa de Pós-Graduação em Geografia, (http://posgeografia.unir.br), todas de muita riqueza e clareza para os estudos de gênero da geografia no meio rural, visibilizando as mulheres rurais, trabalhadoras rurais e agricultoras.

A primeira foi defendida em 2013, com autoria da pesquisadora Cláudia Nascimento Oliveira, com o título: **"UM LUGAR PARA CHAMAR DE MEU" AS AGROVILAS DO ASSENTAMENTO RURAL JOANA D'ARC III E SEUS**

MIGRANTES, teve como foco o questionamento: quem são esses migrantes? Essa pesquisa buscou identificar esses migrantes através de questionários e depoimentos, foram encontradas pessoas de todas as regiões do Brasil, os primeiros assentados e assentadas tinham em comum a participação no MST (Movimento dos Sem-Terras) e no MCC (Movimento dos Camponeses de Corumbiara), onde participaram de acampamentos no interior do Estado de Rondônia. As entrevistas foram realizadas com as mulheres que moram nas Agrovilas, no norte do assentamento, localizados na linha 17, lado oposto do Rio Madeira, quase na divisa com o Estado do Amazonas.

Nas entrevistas percebemos que a figura da mulher está presente desde o início da luta pela terra e se destaca ao lado do homem, rompendo com os preconceitos e estabelecendo enfrentamentos, pois só eram vistas como “ajuda para o marido”, “a dona do lar”, “mãe” e “esposa”. Também vale acrescentar que nem todas e todos os participantes dos movimentos vinham de outros assentamentos, alguns são urbanos desempregados, aposentados e aposentadas, todos e todas em busca de um ideal: da esperança, da dignidade e de um lugar para chamar de seu, onde pudessem (re)construir suas vidas.

A estrada que dá acesso ao assentamento está em péssimas condições, a comunidade sofre muito com a falta de infraestrutura, quando chove é quase impossível não ver algum carro atolado e o transporte público não passa e na época de estiagem a comunidade sofre com a grande quantidade de poeira.

A importância em realizar o trabalho de campo é muito gratificante e muito difícil devido o acesso, porém as pessoas são bem receptivas, com o pouco que tem procuram agradar todos os visitantes.

> “Ao término de nosso trabalho de campo junto ao Assentamento Joana D’Arc III ficou a sensação de que trouxemos na bagagem, além da farinha, da banana e dos limões, experiências de vida, de pessoas que apesar das dificuldades encontram motivos para levantar todo dia e ir à luta” (OLIVEIRA, p.89, 2013).

O trabalho de campo foi realizado através de uma pesquisa participante onde a autora utilizou como metodologia a história oral, onde foram relatadas histórias de vida de três mulheres rurais, segundo a pesquisadora: “cada uma com uma trajetória de vida carregada de lutas, sonhos e esperanças. Mulheres que ajudaram seus maridos a construir o novo lugar” (OLIVEIRA, p.161, 2013).

Na realidade o trabalho dessas mulheres não pode ser considerado como uma “ajuda”, elas sempre estiveram lado a lado com seus maridos, na luta e no trabalho.

A segunda foi defendida em 2014, por Telma Ferreira, com o título: **GEOGRAFIA E GÊNERO NO ASSENTAMENTO RURAL JOANA D’ARC III: Um Lugar às Margens da Estrada.** Nessa pesquisa fica evidente as incertezas futuras sobre o lugar por parte dos moradores, devido as alagações com a construção da Hidrelétrica de Santo Antônio.

Ela utilizou as entrevistas, também, para a realização da pesquisa, as mulheres entrevistadas residiam na linha 24 e na linha 17 próximas ao Rio Madeira, e contaram sobre a vida antes da hidrelétrica. Que gostavam de trabalhar com o plantio, possuíam roça, horta e jardim. O transporte público não chega, somente até a linha 17 o ônibus passa, a escola que se encontra próxima para atender as crianças como forma de compensação das hidrelétricas encontra-se fechada desde 2013. Os moradores precisam se deslocar até Porto Velho para comprar alimentos, pois devido a usina o solo está encharcado para que produzam qualquer tipo de alimento, e o que está plantado já não serve mais, pois o plantio está encharcado.

As entrevistadas relataram o seu apego ao lugar, e a tristeza que sentem ao lembrar, os moradores que ainda permanecem no lugar possuem uma incansável rotina de trabalho, outros aguardam a indenização do Consórcio Santo Antônio para recomeçar em outro lugar.

Os questionários aplicados possibilitaram as representações de gênero que foram identificadas a partir das opiniões dos assentados e assentadas sobre o que considera como lazer, descanso e o local de trabalho.

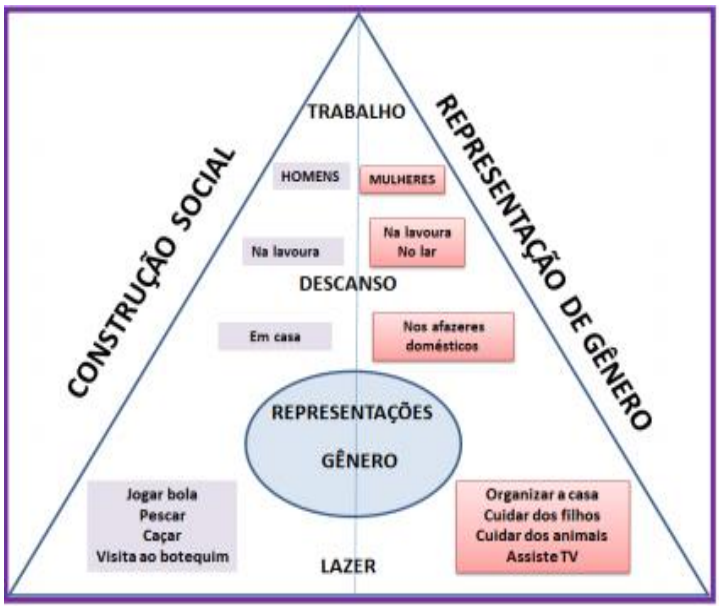

Figura 2: Representações de Gênero. (Org.: FERREIRA, Telma. 2013).

O quadro acima trata da rotina das mulheres que trabalham na agricultura e no espaço do lar. Observa-se uma diferença na divisão de trabalhos entre homens e mulheres, pois para elas o trabalho é acumulativo, e no quesito lazer, o deles está totalmente fora do lar, enquanto que as mulheres não identificaram o seu verdadeiro lazer, pois ainda continuam fazendo trabalho doméstico e associam ao lazer coisas que são totalmente opostas.

A terceira, com o título: **Geografia e Gênero: Estratégias para a permanência do campesinato nas Agrovilas do Assentamento Rural Joana D'Arc III, Porto Velho/RO.** Autoria de Viviane Nery da Silva, defendida em 2015. Teve como objetivo identificar o papel da mulher dentro deste processo produtivo ou, ainda, sua participação nas novas configurações produtivas. Essa dissertação acompanhou desde os impactos diretos e indiretos causados pelo empreendimento hidrelétrico Santo Antônio até a cheia histórica do Rio Madeira que atingiu a população do assentamento, "houve um deslocamento de 286 famílias para a parte urbana da cidade de Porto Velho, as quais ficaram acampadas na sede do INCRA" (SILVA, p.22, 2015). Os problemas com a agricultura devido às alagações causadas pelos impactos ambientais da hidrelétrica foram intensificados com a cheia do Madeira.

Ocorreu um êxodo rural no assentamento, maioria mulheres, em busca de escolarização e emprego, porém é comum as mulheres do meio rural que ainda não casaram irem para a cidade em busca de estudo e trabalho.

A linha de crédito do Pronaf-Mulher teve um aumento de 50% no Plano Safra 2003/2004, porém as mulheres ainda sofrem com a falta de documentos, a demora para liberação do financiamento, pois o banco prefere investir nos grandes produtores. Outro fator de impedimento do acesso ao crédito que a autora coloca é a obrigatoriedade no preenchimento do DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que se o marido estiver inadimplente a esposa não pode receber o financiamento.

Outro ponto que a pesquisa abordou foi à divisão sexual do trabalho onde existe uma identificação cultural entre atividades e papéis para cada um dos sexos. O papel da mulher está relacionado às atividades de reprodução social da família e o homem o de provedor das necessidades materiais da família. Prevalecendo a ordem mercantil e a cultura patriarcal. A mulher produz no quintal próximo a casa frutas e verduras, enquanto o marido vai pra roça, lavoura, produz milho, feijão e farinha, o trabalho da mulher sendo secundário ao do homem, o que coloca a mulher num papel subordinado e dependente em relação ao homem.

1.5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES RURAIS SEREM "DONAS" DA TERRA

O Governo Federal tem investido em políticas públicas para beneficiar diretamente a população rural, principalmente em políticas voltadas para as mulheres. Através do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres criado em 2003, junto com políticas públicas de apoio às mulheres rurais integradas no desenvolvimento sustentável com igualdade, o governo busca reconhecer os direitos das mulheres rurais que por muitos anos ficaram esquecidos por parte das políticas públicas, dessa forma tentam reparar a desigualdade de gênero amplamente difundida em épocas passadas, onde somente homens tinham direito a terra.

Essa valorização das mulheres rurais vem ocorrendo através de muita luta dos sindicalistas rurais contra os latifundiários, como podemos citar a pioneira na luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras rurais, a sindicalista paraibana Margarida Maria Alves, que foi brutalmente assassinada em 12 de agosto de 1983 por lutar pelas melhores condições de vida no campo. Ela

tornou-se símbolo político para as trabalhadoras rurais e deu seu nome para o maior evento que realizam onde todas marcham rumo a Brasília: “A Marcha das Margaridas”, onde milhares de trabalhadoras rurais de todo o País levam suas pautas para o Governo Federal.

Margarida Alves, líder sindical, dizia: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Com isso inspirou as mulheres rurais de todo País a lutar e construir suas identidades políticas e sociais como Margaridas e desconstruir o símbolo de “fragilidade” em meio as lutas políticas sociais. O evento teve sua 1ª edição em 2000, a 2ª em 2003, a 3ª em 2007, 4ª em 2011 e a 5ª em 2015. As duas últimas marchas ganharam mais visibilidade devido a presença da 1ª presidenta eleita do Brasil, Dilma Rousseff, que recebeu as pautas dessas mulheres, que a cada dia abrange mais mulheres, não apenas as rurais, mas também as ribeirinhas, extrativistas, quilombolas e indígenas sendo as “margaridas do campo”, “margaridas da floresta” e “margaridas das águas”.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem por competências a reforma agrária, o reordenamento agrário e a regularização fundiária na Amazônia Legal, dessa forma promovem o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das regiões rurais e a identificação das mesmas, fazendo o reconhecimento, delimitando e demarcando.

O MDA trata de políticas específicas para: a Agricultura Familiar, Mulheres Rurais, Povos Tradicionais e Reordenamento Agrário. Cada política possui diversos programas, entre eles podemos citar os programas que são específicos para a mulher rural que é o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), a Titulação Conjunta, onde é necessário que conste o nome da mulher na titulação do lote, independente de ser casada ou não, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual tem uma linha de crédito específica para as mulheres − o PRONAF-MULHER − e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

1.5.1TITULAÇÃO CONJUNTA

A partir de 2003, o Programa Nacional de Reforma Agrária do Incra ampliou os direitos das mulheres à terra, desde a inscrição de candidatas até a

seleção de beneficiárias da Reforma Agrária, passaram a ser incluídas, em caráter obrigatório, na titulação do lote, independente de estado civil. As famílias chefiadas por mulheres passaram a ter preferência na titulação da terra.

Desde então, o índice de mulheres titulares de lotes da reforma agrária aumentou. Segundo dados do Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária (SIPRA), até o ano de 2000, apenas 13% das mulheres rurais assentadas tinham o título do lote; com a inserção desse programa, no ano de 2010, o percentual de mulheres que possuíam a titulação do lote era de aproximadamente 50%, ou seja, quase metade da população brasileira titulares da reforma agrária é do sexo feminino.

Este aumento ocorreu devido à Portaria nº 981/2003 e a Instrução Normativa nº 38/2007, ambas publicadas pelo INCRA há aproximadamente dez anos, as quais visam garantir a titulação da terra em nome das mulheres.

A primeira estabelece a obrigatoriedade da titulação conjunta dos lotes da reforma agrária para homens e mulheres em situação de casamento ou de união estável e tem um dispositivo que assegura o direito da terra à mulher nos casos de divórcio, desde que possua a guarda dos filhos. A segunda estabelece os procedimentos e instrumentos de inscrição de candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária. As medidas jurídicas asseguraram a participação delas, independentemente do estado civil, priorizando o acesso às chefes de família.

Através da garantia das mulheres à titulação do lote, elas fazem parte do programa de organização produtiva onde podem acessar as linhas de crédito. Isso demonstra uma grande conquista para os estudos de gênero, pois somente os homens tinham o direito de ter a titulação do lote. Para ajudar na efetivação desse programa foi criado outro: que é o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR).

1.5.2 PROGRAMA NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL

Como forma de garantir o direito das mulheres de exercerem a sua cidadania, o governo criou políticas públicas de financiamento que só podem

ser acessadas por elas. Para isso precisam ter suas documentações básicas, sem as quais essas mulheres não conseguem ter acesso às demais políticas públicas do governo, tais como acesso a terra e créditos produtivos.

Devido à dificuldade para elas se deslocarem para a cidade, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR) em 2004, o qual se tornou de fundamental importância para a inclusão social das trabalhadoras rurais, seja na reforma agrária ou na agricultura familiar. Tal programa possibilita a emissão gratuita de documentos civis, trabalhistas e de acesso aos direitos previdenciários, isso acontece por meio de mutirões itinerantes de documentação que são realizados em locais estratégicos na zona rural para facilitar o acesso dessas trabalhadoras rurais.

O programa também realiza palestras educativas para esclarecer as beneficiárias sobre o uso de documentos, apresentar políticas públicas e orientar quanto ao seu acesso. O PNDTR faz parte do Programa Territórios da Cidadania, do Plano Social Integrado de Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica e do Pacto de Redução das Desigualdades Regionais do Governo Federal. Segundo dados do programa, até o ano de 2011 já tinham sido emitidos mais de um milhão de documentos para as trabalhadoras rurais.

Figura 03: Mutirão realizado no Baixo Madeira no Distrito de Nazaré, em Porto Velho/RO.
Org.: Acervo MDA/RO, 2013).

As mulheres do assentamento rural Joana D'Arc III foram beneficiadas pelo mutirão da documentação da trabalhadora rural em 2011, onde foram atendidas também as moradoras dos Assentamentos Joana D'Arc I e II, embora seja uma política voltada para as mulheres, os homens também podem emitir seus documentos nos mutirões.

1.5.3 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)

Outra política pública voltada para elas é a assistência técnica e extensão rural, a qual se verifica uma atuação ainda recente no Assentamento Joana D'Arc III, onde apenas os homens eram os beneficiados com ela. As políticas de apoio à produção, dirigidas às mulheres rurais, promoveram o seu reconhecimento como sujeitos sociais na economia rural e ampliaram seu acesso a esses serviços. Por meio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) – Setorial Mulheres, entre 2004 e 2009, mais de 31 mil mulheres foram beneficiadas e 16 milhões de reais foram investidos em todo o Brasil.

Desde o início do ano de 2015, a empresa terceirizada EKOAR (Empresa de Assessoria e Consultoria Ambiental da Amazônia LTDA) vem trabalhando junto às famílias rurais, realizando o recorte de gênero no atendimento, para que se beneficiem também as mulheres rurais.

1.5.4 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Pronaf-Mulher atende as propostas independentemente de sua condição civil da produtora agrícola. Essa linha de crédito surge para inserir as mulheres rurais para o acesso aos recursos de créditos, produtivos, de terra ou de sucessão na área rural. Isso é uma forma do governo federal corrigir a falta de políticas rurais para as mulheres e dar a chance delas terem direito também. Mas para acessarem esse programa precisam ter acessado o PNDTR, para tirar os documentos básicos e o Programa de Organização das Trabalhadoras Rurais, pois precisam ter a titulação do lote.

As taxas de juros do Pronaf-Mulher são de 1% ao ano para operações de até R$ 10 mil e 2% ao ano para operações com valor superior a R$ 10 mil. As beneficiadas pelo programa podem obter mais de um empréstimo. O segundo, porém, só é possível após o pagamento de três parcelas do financiamento anterior. O prazo máximo para o pagamento é de dez anos.

No assentamento Joana D'Arc III as assentadas tiveram informações sobre o Pronaf-Mulher no final de 2012, através da EMATER-RO, que é um órgão que está mais atuante no assentamento, segundo os assentados.

Na figura 04 o galinheiro e na figura 05 a plantação de mandioca, respectivamente. Esses foram os financiamentos realizados através do PRONAF- Mulher em Joana D'Arc III.

Figura 04: Criação de galinhas no Assentamento Joana D'Arc III – Porto Velho/RO, (GÓES 2014).

As políticas públicas do PRONAF-Mulher foram implementadas no assentamento Joana D'Arc III. Na figura 04 podemos observar o galinheiro, o mesmo foi construído para a criação de galinhas de corte.

Na figura 05, a agricultora mostra a mandioca que ela plantou e que agora está colhendo, sendo outra opção escolhida por algumas mulheres rurais no PRONAF-MULHER.

Figura 05: Plantação de mandioca no Assentamento Joana D'Arc III – Porto Velho/RO (GÓES 2014).

A figura 05 foi outra escolha pelas mulheres que teve o financiamento voltado para a plantação de mandioca e a escolha dessa produção é devido se tratar de um alimento comum no assentamento, conforme pesquisas realizadas anteriormente. Segundo Góes (2014),

> Através de uma entrevista na casa de uma família que reside há mais de 8 anos no local, disseram que recentemente as políticas públicas tem aparecido lá, o marido disse ter conseguido o financiamento do PRONAF-A, para usar no lote para plantar banana no valor de R$ 1.400,00. E que sua esposa ganhou o Pronaf-Mulher no valor de R$ 3.500,00 para construir o galinheiro e comprar galinha, e que o lote tem que estar no nome dos dois, se não estiver, tem que ir ao INCRA fazer o casamento estável (como eles dizem), é um tipo de declaração onde consta união estável, ou seja, que moram juntos (GOES, 2014, p.48 e 49).

Diante das pesquisas que vêm sendo realizadas desde o período de 2011 pelo GEPGENERO, viemos acompanhando as atuações dessas políticas. Elas tiveram quatro opções para o crédito: o de plantar banana, plantar mandioca, criar galinha de corte (abatedouro e vender) ou galinha de postura (botadeira). Nota-se também que realmente elas estão procurando acessar essas políticas, através da emissão dos documentos e da titulação do lote.

CAPÍTULO II

CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Figura 06: Linha 17, mãe e filha andam de bicicleta pelo Assentamento Joana D'Arc III. (GÓES, Kelyany. 2013).

2.1 OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a implementação das políticas públicas no Assentamento Rural Joana D'Arc III, analisando de que forma essas políticas atendem as mulheres rurais e quais as principais mudanças ocorrida na vida delas. Um dos motivos que levou a iniciar essa pesquisa com a temática envolvendo "gênero e políticas públicas" foram os questionamentos que surgiam durante os trabalhos de campo do projeto do GEPGENERO, sob orientação da professora Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva entre o período de 2011 a 2013, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

Essa pesquisa possui uma abordagem qualitativa e quantitativa, pois buscou compreender e transmitir o dinamismo presente no Assentamento Rural Joana D'Arc III, através das relações de gênero no meio individual e coletivo. Utilizamos Maria Cecília Minayo (2012), que conceitua a análise qualitativa a partir da compreensão:

> (...) análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro (...) é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que se insere. Toda compreensão é parcial e inacabada, tanto a do nosso entrevistado, que tem um entendimento contingente e incompleto de sua vida e de seu mundo, como a dos pesquisadores, pois também somos limitados no que compreendemos e interpretamos (...) (MINAYO, 2012, p. 623).

Podemos classificá-la como pesquisa descritiva, porque buscou conhecer e compreender as dificuldades e os problemas que mulheres e homens enfrentam no assentamento e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres com relação ao acesso às políticas públicas.

O suporte teórico-metodológico dessa pesquisa é o método dialético, o qual analisa as contradições. Para Henri Lefebvre (1983) não existe a contradição, propriamente dita, existem contradições e que estão sempre em movimento, deste modo:

> (...) o método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera. Assim, no mundo

> moderno, o exame e a análise mostram que as condições econômicas – a própria estrutura das forças produtivas industriais – criam as contradições entre os grupos concorrentes, classes antagonistas, nações imperialistas. Portanto, convém estudar esse movimento, essa estrutura, suas exigências, com o objetivo de tentar resolver as contradições. Não existe, dialeticamente, a "contradição" em geral; existem contradições, cada qual com seu conteúdo concreto, com seu movimento próprio, (...). (LEFEBVRE, H., 1983, p. 238).

O método dialético busca conseguir uma solução para as contradições. Essas que se justificam através da luta pela terra, das dificuldades enfrentadas pelas mulheres em acessar as políticas públicas, as dificuldades econômicas, a falta de infraestrutura e informações são os principais problemas enfrentados pelas mulheres e homens no assentamento.

> Ao buscar compreender é preciso exercitar também o entendimento das contradições: o ser que compreende, compreende na ação e na linguagem e ambas têm como características serem conflituosas e contraditórias pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses (MINAYO, 2012, p. 623).

As contradições existem devido às relações de poder existentes no assentamento; podemos observar nas relações de trabalho e nas relações de gênero onde há maior desigualdade, principalmente no que diz respeito a mulher rural. Para Fourez (1995), esse método parte da maneira pela qual as pessoas se representam que caracteriza a relação sujeito e objeto sem nenhuma "soberania".

A partir da complexidade deste método, buscamos compreender as transformações do espaço agrário e as relações de gênero no assentamento rural Joana D'Arc III. Para Dirce Suertegaray (2002), o método dialético estuda o campo como uma extensão do sujeito:

> (...) o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é numa outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto (SUERTEGARAY, 2002, p.65).

Logo, analisamos o espaço a partir das relações que são estabelecidas cultural e simbolicamente.

2.2 TÉCNICAS UTILIZADAS

Para a realização da estrutura desta pesquisa adotamos as seguintes técnicas e procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico, o trabalho de campo para aplicação do questionário, observação, elaboração do diário de campo, tabulação dos questionários e organização, análise e interpretação dos dados.

A pesquisa foi diretamente às mulheres e homens do assentamento rural Joana D'Arc III, por esse motivo nossa pesquisa utilizou a técnica da observação participante que, para BORGES (2009), "é a técnica ou método em que o processo de observação deve ser feito de maneira direta ao grupo a ser pesquisado". Também procuramos destacar o ponto de vista dos entrevistados, onde "cada opinião ou observação deve ser respeitada e registrada pelo pesquisador, sem juízo de valor ou preconceito acadêmico." (Souza; Pessôa 2009). Dessa forma tivemos uma melhor visão em relação ao assentamento, levando em conta o ponto de vista dos assentados.

Outra técnica importante para a realização desta pesquisa foi o trabalho de campo, onde Yves Lacoste (2006) diz que não podemos somente expor os problemas encontrados, devemos contextualizar de acordo com o espaço em que os indivíduos estão inseridos,

> O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas. (Lacoste, Y. 2006, p. 91)

Quando falamos em pesquisa de campo, Bernard Kaiser (2006) mostra a preocupação que devemos ter em analisar tudo, não somente o espaço isolado e sim a inserção de homens e mulheres, as relações sociais devem ser observadas.

> A pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesma. É a pesquisa indispensável à análise da situação social. Trata-se, repetimos, de situação social e não de situação espacial (KAISER, B. 2006, p. 97).

A pesquisa de campo deve analisar a dinâmica da sociedade que podemos descobrir através da compreensão dos conflitos que ocorrem. De acordo com Dirce Suertegaray (2002, p.65): “A pesquisa de campo é o conhecimento feito através da vivência em transformação”. Dessa forma buscamos as opiniões e respostas de cada família, através de questionários, preservando as suas respostas.

Ao total foram realizados quatro trabalhos de campo com aplicação de questionários: o primeiro no Assentamento Joana D’Arc III em 2013; o segundo foi realizado o campo no INCRA (em 3 de abril de 2014 no período da cheia); o terceiro trabalho de campo no Assentamento Joana D’Arc III (novembro de 2015 no período pós-cheia); e o quarto no Assentamento Joana D’Arc III, em 4 de fevereiro de 2016.

Para a aplicação do instrumento de pesquisa, foram realizados trabalhos de campo durante um recorte de tempo de 2013 a 2016, que possibilitou um melhor entendimento da pesquisa e uma aproximação com a realidade das famílias do assentamento.

As perguntas eram a respeito da titulação dos lotes, da faixa etária, da quantidade de filhos, religião, escolaridade e sobre o acesso das mulheres às políticas públicas e a participação nos movimentos sociais.

2.3 *LÓCUS* DA PESQUISA

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO P.A. JOANA D'ARC III

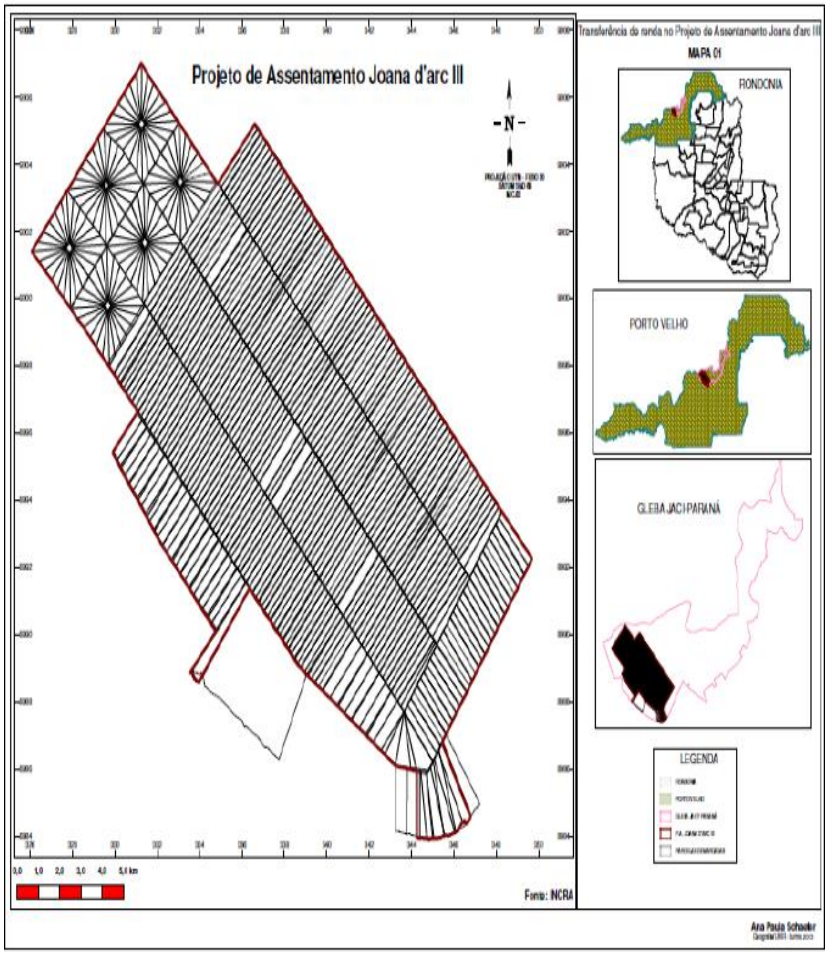

Figura 07: Mapa de Localização do Assentamento Joana D'Arc III. Org.: Shaefer. Ana Paula, 2013)

O Assentamento Joana D'Arc III está localizado no município de Porto Velho, à margem esquerda do Rio Madeira, com distância de aproximadamente 120Km da zona urbana da cidade. O acesso ao assentamento mais comum era pela balsa, por onde era feita a travessia do Rio Madeira.

O assentamento está localizado à margem esquerda do Rio Madeira, por isso todos dependiam da balsa, que demorava aproximadamente 10 minutos, a demora estava na fila que às vezes demorava horas dependendo da quantidade de veículos. Porém, o cenário mudou com a inauguração da ponte sobre o Rio Madeira em 15 de setembro de 2014, ligando os Estados Rondônia e Amazonas.

A BR-319 é o caminho mais utilizado pelos assentados e assentadas, o trajeto é feito de ônibus, saindo do centro da cidade de Porto Velho e o percurso até o assentamento dura cerca de três a quatro horas indo de ônibus, que sai do centro da cidade de Porto Velho, o valor da passagem no período da travessia pela balsa era de R$ 20,00 por pessoa, desde a inauguração da ponte o valor ficou R$ 30,00.

O ônibus vem lotado de pessoas e de sacolas de rancho, pois as mesmas quando vêm para cidade já compram o suficiente para um ou dois meses, pois os comércios que existem no assentamento chegam a cobrar o triplo do valor da mercadoria.

O ônibus percorre apenas 5Km na rodovia BR-319, logo em seguida entra numa estrada de chão, a vicinal Morrinhos. A partir dessa vicinal, percorre cerca de 30Km até chegar em Joana D'Arc I, a partir daí começam as linhas e os travessões (cruzamento das estradas/linhas), da seguinte forma: percorrendo sempre nas linhas de números ímpares e acompanhando o linhão de energia, por exemplo, a primeira linha é a três e depois um travessão, linha cinco, travessão, linha sete, um travessão, linha nove, travessão, quando chega na linha onze, tem o travessão, é chega-se em Joana D'Arc II.

São cerca de mais de 50Km percorridos, mais da metade do caminho, pois ainda falta cerca de 40Km para se chegar à localidade, daí vem a linha treze, travessão, na linha quinze é que começa Joana D'Arc III, tem o travessão principal a linha dezessete que dá acesso ao travessão João Costa, que é onde estão localizadas as agrovilas.

No percurso até o assentamento pode-se observar o cenário floresta fechada, com árvores altas, possui uma diversidade de animais, vários igarapés, o Assentamento está ao lado do Parque Nacional do Mapinguarí, que compreende os Estados do Amazonas e Rondônia.

Figura 08: Linha 17 marca o início do Assentamento Joana D'Arc III. (FERREIRA, Telma 2013)

Quando chegamos ao final da linha 15, nos deparamos com a linha 17, que compreende todo o Assentamento Joana D'Arc III, se seguir para o lado esquerdo, chega-se aos lotes próximos ao Rio Madeira, e se virar a direita encontramos às agrovilas, que estão na divisa dos Estados de Rondônia e Amazonas.

Figura 09: Travessão João Costa (formato de um T) marca o início das agrovilas no Assentamento Joana D'arc III. (GÓES, Kelyany. 2013)

No Assentamento Joana D'Arc III existem seis agrovilas: A agrovila Pequena Vanessa, agrovila Chico Mendes, agrovila Sérgio Rodrigues, agrovila União dos Camponeses, agrovila Padre Ezequiel e agrovila Padre Cícero, esta última também chamada de agrovila Vencedora. Cada agrovila é composta por 24 lotes, que formam um quadrado, sendo 6 quadrados no total de 144 lotes,

como nos mostra o mapa de localização do Assentamento Joana D'arc III, estes lotes têm formato de triângulo.

A imagem 10 é o lote em formato de triângulo ou "fatia de pizza", no projeto inicial as casas seriam construídas na ponta do triângulo, formando um núcleo em cada agrovila onde seriam construídas as praças e escolas.

Figura 10: Imagem representada por um trabalhador rural do seu lote na Agrovila do Assentamento Joana D'arc III. (GÓES, Kelyany. 2013)

A imagem acima representa um lote como um todo, fizemos o registro fotográfico de cada divisão do lote, podemos observar a relação com a natureza e sua importância para a família, pois a área do lote para plantação é restrita e ainda deixam espaço para a área de preservação permanente, como mostra a figura 11.

Figura 11: Área de preservação permanente. Assentamento Joana D'Arc III. (GÓES, 2013)

A figura 12 é a imagem do rio que passa nos fundos da plantação no lote, é muito utilizado por eles, e pelas crianças para brincar. Eles evitam qualquer tipo de desmatamento próximo ao rio, sabem da importância dele para a vida das pessoas e animais da floresta.

Figura 12: Rio que passa no lote. Assentamento Joana D'Arc III. (GÓES, 2013)

A figura 13, 14 e 15, são as plantações que a família cultiva no lote, sendo a banana, o café e a mandioca, as principais escolhas. Podemos observar que toda a plantação é delimitada e bem dividida no lote.

Ainda existem outras plantações de árvores frutíferas, essas são bem próximas ao lote.

Figura 13: Plantação de banana. Assentamento Joana D'Arc III. (GÓES, 2013)

O café na figura 14 é mostrado com muita empolgação pelo agricultor, pois é uma lavoura que está dando certo no assentamento.

Figura 14: Plantação de café. Assentamento Joana D'Arc III. (GÓES, 2013)

A mandioca como mostrada na figura 15 é a mais escolhida pelos moradores, é o principal produto cultivado pelos assentados.

Figura 15: Plantação de mandioca. Assentamento Joana D'Arc III. (GÓES, 2013)

Embora o espaço do lote seja reduzido eles ainda conseguem arranjar mais espaço para benefício próprio e de toda comunidade, como podemos observar na figura 16, uma igreja que foi construída no lote de um agricultor.

Figura 16: Igreja Batista Joana Dark III. Assentamento Joana D'Arc III. (GÓES, 2013)

A figura 17 mostra a casa do lote, essa imagem é característica do assentamento, sendo todas as casas de madeira.

Figura 17: Casa. Assentamento Joana D'Arc III. (GÓES, 2013)

A imagem 18 mostra o núcleo do assentamento que não foi concluído no projeto do assentamento, só dá para observar os caminhos que servem de entrada em cada lote.

Os lotes que ficaram próximos a estrada, tiveram suas casas voltadas para a estrada, o que facilitou apenas para alguns moradores, pois o ônibus só vai até a estrada principal e não chega até os núcleos, onde estão o restante dos moradores.

Figura 18: Núcleo da Agrovila União dos Camponeses, caminhos para se chegar aos lotes dessa agrovila. Assentamento Joana D'Arc III. (GÓES, 2013)

O tamanho das agrovilas é muito pequeno em relação ao restante do assentamento, sendo que elas ocupam uma área de 6.634,5052 ha, com capacidade para abrigar 144 famílias, mas, segundo o INCRA, abriga apenas 114 famílias. Enquanto o PA Joana D'Arc III tem uma área de 17.509,0145 ha, com capacidade para abrigar 393 famílias, mas abriga 380 famílias.

O Assentamento Joana D'Arc III é considerado em estruturação e faz parte do Projeto de Assentamento (PA), o INCRA fez a regularização do Assentamento Joana D'Arc III e também fez das agrovilas, mas não faz divisão entre eles, ou seja, as agrovilas compõem o Assentamento Rural Joana D'Arc III. Sendo divididos em três assentamentos, sendo Joana D'Arc I, Joana D'Arc II e Joana D'Arc III, os assentamentos I e II caracterizam-se por terem atendido principalmente um público do núcleo urbano de Porto Velho, enquanto o assentamento III, onde foi realizada a pesquisa, atendeu parte dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST - e do Movimento dos Camponeses de Corumbiara – MCC. As primeiras famílias a chegarem foram no total de 141, em 2001, oriundas do município de Corumbiara, onde aconteceu o episódio conhecido como o "Massacre de Corumbiara" em 1995.

Muitas das famílias que migraram em 2001 já não vivem em Joana D'Arc III, vários problemas aconteceram provocando a saída de muitas delas em busca de condições melhores de vida. Os problemas que enfrentam são dos mais diversos, como: as estradas com difíceis condições de tráfego, quando no período de chuva ficam intrafegáveis por longo período de tempo, a falta de escolas e professores, solo com baixa fertilidade, difícil acesso à água,

a distância da cidade de Porto Velho, e as inúmeras dificuldades associadas à venda do que é produzido nas agrovilas.

> Naquele período, as condições eram precárias, pois o acesso se dava apenas pelo rio Jaci-Paraná, afluente do rio Madeira, e pelo rio Madeira. Segundo relatos de alguns pioneiros, era praticamente impossível viver com tantas dificuldades, tais como a mata fechada, difícil acesso e excesso de animais selvagens. As famílias foram levadas por um caminhão do Incra até a beira do rio Jaci-Paraná e cruzavam o rio Madeira. Após a travessia tinham que caminhar carregando seus pertences por um trecho de 8 a 15 km até chegarem aos lotes. Como consequência das dificuldades, muitas famílias abandonaram seus lotes. O assentamento só voltou a ser habitado no fim da década de noventa. As mesmas antigas dificuldades se apresentavam. O acesso continuava sendo feito somente pelos rios e os novos assentados continuavam a ter que andar muitos quilômetros mata adentro. (OLIVEIRA, 2013, p.23)

Tais dificuldades levaram algumas famílias que iniciaram o Assentamento a buscarem outro local para viver, abandonando o assentamento. Vieram outras famílias, que também tem uma trajetória com movimentos sociais de luta pela terra, e que já haviam passado por acampamentos e algumas destas até mesmo por outros assentamentos.

As pessoas de Joana D'Arc vivem em coletividade, durante alguns trabalhos de campo nas casas de moradores observamos que sempre alguém para pra tomar um café ou uma água, pois as casas são muito longe, param quando estão indo ou vindo do ponto de ônibus, da cidade, do comércio, da associação ou da igreja.

Nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2016, realizamos mais um trabalho de campo e seguimos de carro, durou cerca de três horas, nesse campo participaram as pesquisadoras Tainá, Ana Paula e Kelyany (eu), a estrada estava em boas condições, tudo encascalhado, o único perigo encontrado na estrada foi o ônibus escolar, o qual estava em alta velocidade. Chegando ao assentamento fomos conversar e realizar o trabalho de campo.

Um obstáculo que temos é a distância dos lotes um do outro, e por mais que vá de carro ainda precisa fazer uma parte a pé, pois é estreito nas entradas das agrovilas, íamos com um pedaço de vara para espantar algum cachorro que quisesse nos atacar. Ouvimos também relato de algumas pessoas que a onça se afastou mais do assentamento, mas que na época da

cheia aparecia nas estradas. Causava muito medo nos moradores porque atacava os animais de grande porte, como o gado e os cachorros.

A maioria das entrevistas foi realizada em rodas enquanto as mulheres descascavam a mandioca e nós também participamos do descascar. Não queríamos atrapalhar o trabalho delas e às vezes não tinha nem lugar para sentar, então quando cansavam sentavam ao chão.

Elas ficam tão concentradas para não errar no corte, pois senão pode cortar a própria mão, esse é um momento de trabalho duro, porém de vez em quando elas quebram o silêncio e puxam conversa, ou param de descascar para brigar com a criança que está correndo ao redor.

Enquanto estávamos realizando as entrevistas a carroça não parava de trazer mais mandioca, elas tinham uma previsão de que em três dias terminariam o trabalho. Algumas que estavam trabalhando nessa roda já vinham de outra agrovila onde também estavam descascando a mandioca e quando acabasse o serviço nessa já tinham que ir trabalhar em outra para descascar mais mandioca.

Esse local é uma casa de farinha utilizada pelos moradores da Agrovila Pequena Vanessa, coberto com telhas e uma estrutura bem ampla para poder fazer a farinha.

Figura 19: Descascadeiras. Assentamento Joana D'Arc III. Porto Velho/RO. (Góes, fevereiro de 2016).

O diferente nesse campo foi perceber que surgiram várias espacialidades para as “descascadoras” de mandioca, que não está somente na associação e sim em cada agrovila, um dos fatores tem haver com o não pagamento dos associados, que devido a cheia perderam toda a sua produção e ficaram sem ter como pagar a mensalidade da associação e então passaram a utilizar seus lotes utilizando o espaço para descascar a mandioca.

Outra percepção foi a inclusão dos homens no trabalho de descascar a mandioca, mesmo sem ser a sua produção eles vão para descascar e recebem pela quantidade de saco descascado igual as mulheres. Um assentado, o seu Maranhão, até brincou dizendo: “É a crise”. Ele disse que perdeu toda a roça na época da cheia, mas não perde a esperança que terá novamente sua plantação.

Figura 20: Homens e mulheres descascando. Assentamento Joana D’Arc III. Porto Velho/RO. (Shaefer, fevereiro de 2016)

Esse espaço é na agrovila Padre Ezequiel, eles estão descascando dentro do lote, fizeram uma barraca improvisada e cobriram com lona e palha para aliviar do sol. Os homens também afirmam que esse trabalho, que antes

era realizado somente pelas mulheres, não é fácil, precisa de muita paciência para ficar por horas sentado numa mesma posição e concentração para não se cortar.

Como esse era o período de colheita da mandioca, foi difícil encontrar alguma agricultora no seu lote, todas estavam muito atarefadas com a produção da farinha. Entrevistamos Dona Margarida enquanto aguardava o caminhão da Prefeitura de Porto Velho, pois foi beneficiada para receber doação de mudas de café. Ela estava com seu RG em mãos, caso fosse necessário, e ainda disse que graças ao documento é dona do lote e pôde fazer financiamento do Pronaf – Mulher e hoje é considerada produtora rural, se sente empoderada.

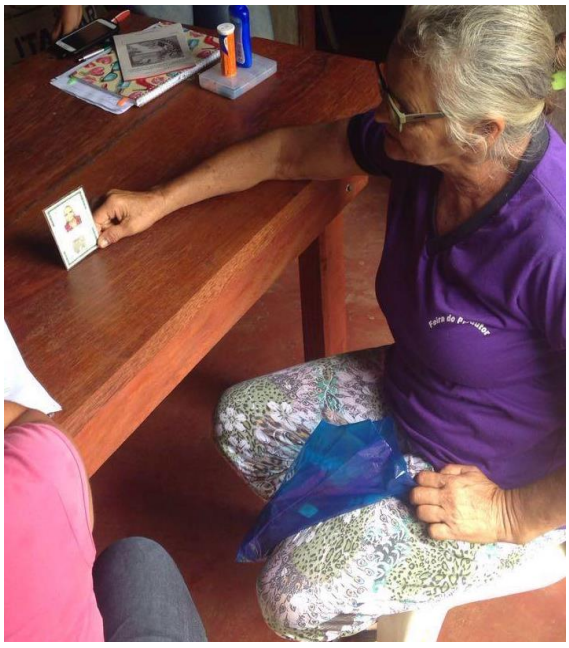

Figura 21: Entrevista. Assentamento Joana D'Arc III. Porto Velho/RO. (Shaefer, fevereiro de 2016)

No dia 5 chegou o caminhão da Prefeitura de Porto Velho com três representantes: o secretário-adjunto da SEMAGRIC, Licério Correa; e o engenheiro da SEMAGRIC, Álvaro Amaral, responsável pelo Programa Horticultura; e a representante da EKOAR, moradora no Assentamento Joana D'Arc II na linha 15, foram recepcionados com um almoço delicioso na casa da Dona Nita e seu Juarez, depois seguiram para a associação para fazer a entrega das mudas de café conilon clonal.

Ao todo seriam entregues para Joana D'Arc I, II e III, as 75 mil mudas para 30 produtores rurais, como disse o secretário-adjunto. Vale ressaltar que as mudas também serão entregues às produtoras, entre elas a Dona Margarida.

Perguntamos para a representante da EKOAR se os produtores e produtoras rurais terão acompanhamento após a entrega das mudas? Ela disse que sim, que inclusive antes já teve a entrega de 120 toneladas de calcário para preparação do solo.

Figura 22: Entrega das mudas de café pela Prefeitura de Porto Velho. Assentamento Joana D'arc III. Porto Velho/RO. (Pinheiro, fevereiro de 2016).

O café clonal foi distribuído aos produtores da agricultura familiar totalmente grátis pela prefeitura, o modo de escolha dos produtores e produtoras ficou aberto para quem quisesse, segundo uma beneficiada com as mudas, e essa ação faz parte do Programa de Revitalização da Cafeicultura (PROCAF), desenvolvido pela SEMAGRIC em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/RO) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (EMATER-RO).

Essa parceria tem como objetivo: fomentar a agricultura familiar no município, como afirmou o secretário comentando sobre outros assentamentos que também irão receber as mudas de café clonal. Essa espécie de café é de fácil adaptação ao clima amazônico e daqui a uns três anos irão gerar uma grande quantidade de produção e consecutivamente o aumento da renda familiar.

Enquanto fazíamos as entrevistas, começaram a descer as caixas com as mudas de café, ajudamos um pouco, pois iria levar o dia inteiro para descarregar todas e o caminhão só iria no outro dia, um trabalho bem cansativo, depois disso cada morador precisaria levar para seu lote.

Essas mudas de café são como esperanças de dias melhores para as produtoras, pois é uma possibilidade de aumentar a renda, de elevar a autoestima em meio ao abandono que ficou no assentamento após a cheia do Madeira.

CAPÍTULO III

EMPODERAMENTO FEMININO E O DESAFIO DO CRÉDITO DO PRONAF-MULHER

Figura 23: Mulheres inseridas nos programas de crédito Pronaf-Mulher no Assentamento Joana D'arc III. Porto Velho/RO. (GÓES, 2014)

3.1 O ASSENTAMENTO NO PERÍODO DA CHEIA HISTÓRICA DO RIO MADEIRA

No ano de 2014 os Estados de Rondônia e Acre declararam calamidade pública, devido ao episódio da “cheia histórica” do Rio Madeira, que afetou os moradores do Assentamento Rural Joana D’Arc III, onde a pesquisa foi realizada. Durante todas as idas a campo homens e mulheres sempre mostravam o problema da cheia, que eles estavam sendo afetados, embora não esteja dentro dos objetivos dessa pesquisa buscamos mostrar essa outra dificuldade que homens e mulheres enfrentaram e ainda estão enfrentando. Segundo Telma Ferreira (2014),

> Ainda que a água do Rio Madeira não tenha alagado, cobrindo completamente este local, as famílias sentem-se afetadas com as barragens do Madeira. A percepção dos moradores sobre a localidade é a de que existem mudanças ambientais (FERREIRA, 2014 p. 64).

Segundo a Resolução 001/86 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

Devido à cheia do Rio Madeira os moradores viram suas plantações e animais morrerem, outros viram suas casas sendo alagadas, estavam sem água potável e sem transporte público, com uma grande quantidade de animais peçonhentos que entravam nas casas, isso foi o estopim para que as associações dos setores I, II, III e as agrovilas do Joana D’Arc III se reunissem para acampar e cobrar providências junto ao INCRA em relação à indenização da Hidrelétrica de Santo Antônio que foi paga apenas para uma parte dos assentados. Eles tomaram essa decisão de ocupar, pois não tinham respostas da parte do INCRA e nem da usina, estavam esquecidos.

A figura 17 nos mostra como ficaram algumas casas, embora não tenham sido atingidas diretamente, foram atingidas indiretamente, pois alguns

moradores não possuem mais vizinhos, o que dificulta a comercialização dos produtos que também era realizada entre eles.

Figura 24: Solo encharcado no Assentamento Joana D'Arc III. Porto Velho/RO. (GÓES, 2014)

Durante a pesquisa de campo, os moradores sempre contavam como estava difícil a vida com a alagação que a usina estava causando no assentamento.

"O Joana D'Arc III está pobre, triste e total abandono aqui. Antes da usina viviam bem, trabalhavam bem, era próspero o assentamento. As usinas só trouxeram progresso para os governantes, os poderosos. O poder público não enxerga o que acontece com a população, estão à mercê da sorte. A população está falida, pois não tem como plantar e criar animais, pois há muita onça nas proximidades e o solo está encharcado". (Dona Ivanete)

"Antes o alimento era produzido aqui depois das barragens da Usina, acabou a produção, pois a terra está encharcada". (Dona Terezinha)

"Antes da Usina Santo Antônio tinha mais movimento, trabalho, produzia mais e consumia mais os produtos de Joana D'Arc III". (Dona Margarida)

"Não conseguem mais plantar, produzir mais nada, a única coisa que restou foi o gado". (Dona Marinalva)

"A maioria das pessoas já não tem como cultivar alimentos nem para seu próprio consumo. E as pessoas que ficaram como eu, não queremos sair

de nossas propriedades, pois foi com muita luta que todos construíram o que tem". (Dona Tatiana)

Através desses depoimentos constatamos a importância em permanecer no assentamento, que após a construção da usina elas tiveram que se adaptar a uma nova realidade no assentamento.

3.1.1 Ocupação no INCRA

Em 2014 os assentados de Joana D'Arc III e das agrovilas haviam ocupado a sede do INCRA. Pelos corredores tinham várias barracas de camping, redes e colchões, homens, mulheres e crianças que conversavam sentados ao chão, outros em cadeiras que assistiam à televisão.

O Senhor Lima, que estava à frente da manifestação, nos informou que se somavam ali 286 famílias que representavam o assentamento de Joana D'Arc, incluídos os setores I, II, III e as agrovilas do Joana D'Arc III.

A ocupação, segundo Sr. Lima, ocorreu pelo não cumprimento do acordo que fora selado entre os assentados e o INCRA, pois há mais de três anos que a comunidade sofre com os impactos diretos e indiretos da construção da Hidrelétrica de Santo Antônio, o que levou os mesmos a buscarem soluções frente aos representantes do INCRA e do Consórcio Santo Antônio Energia.

Em uma viagem a Brasília, feita por alguns membros do assentamento, foi acordado que o INCRA utilizaria o valor de 24 milhões de reais para a aquisição de novas terras. Já o Consórcio Santo Antônio Energia disponibilizaria um milhão de reais que seria dividido entre as famílias no valor de R$ 874,12 durante quatro meses para cada família e também distribuiria cestas básicas durante os quatro meses.

O Consórcio Santo Antônio Energia indenizou 176 famílias, e o INCRA não disponibilizou novas terras para todos. Os assentados reivindicam que não havendo a possibilidade da compra de novas terras, que o mesmo disponibilize o valor de 24 milhões divididos entre as famílias para que cada um possa fazer a compra de seu lote. Foi alegado ainda que Joana D'Arc não teria capacidade de continuar com seus moradores, tendo em vista que apresenta grandes problemas.

O prazo para o cumprimento do acordo venceu, após 30 dias, no dia 26 de março de 2014. Consequência disso, no dia 27 do mesmo mês foi protocolado um documento na sede do INCRA, caso o prazo não fosse cumprido que eles poderiam ocupar a sede do órgão, o que ocorreu de fato.

De acordo com o Senhor Lima, a enchente do Rio Madeira do ano de 2014 só veio agravar os problemas já existentes, pois estes já incomodavam a população há mais de três anos. Ele nos informa ainda que o local está em estado de calamidade pública, aproximadamente 200 famílias já foram remanejadas. A linha 19, uma das últimas linhas do assentamento, encontra-se isolada. Algumas pessoas não puderam vir ao INCRA devido já estarem isoladas pelas águas que invadiram as estradas.

Em entrevista com outro morador, o Senhor Bispo, morador da linha 19, do Assentamento Joana D'Arc III, disse do problema em que se encontram as estradas para "ir" e "vir" do assentamento. Ele mesmo, para poder participar da ocupação do INCRA teve que vir a cavalo, pois foi o único meio de transporte que ele encontrou para "enfrentar" as estradas alagadas.

Outra moradora da linha 19, Dona Tereza, disse que o transporte utilizado pelos moradores é o ônibus de linha rural e que só passa três vezes durante a semana, "quando vai", afirma ela. Devido à cheia está fazendo o percurso até a linha 13, corresponde ao Assentamento Joana D'Arc II, também é comum o ônibus deixar de fazer o trajeto por não conseguir passar na balsa; esta frequentemente deixa de operar devido a alguns problemas ocasionados com a elevação do nível do rio.

Até o dia da ocupação a travessia do Rio Madeira era feita através de barcos e pela balsa, em 15 de setembro de 2014 foi inaugurada a ponte do Rio Madeira para ligar a BR-364 de Porto Velho a BR-319 sentido Humaitá-AM visando facilitar o acesso de transportes.

Os assentados e assentadas de Joana D'Arc III os principais produtos comercializados por eles são: a mandioca e a banana, sendo essas suas principais plantações, antes mesmo da construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Identificamos essas plantações através dos trabalhos e pesquisas já realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGENERO. E com a cheia histórica do Rio Madeira, presenciamos a escassez dessas plantações, e a falta de

produção de farinha no Assentamento Joana D'Arc III e agrovilas, o que levou alguns moradores a terem que comprar farinha na cidade de Porto Velho.

Devido à alagação algumas plantações ficaram totalmente submersas, outras apenas o caule e as folhas ficaram emersas, o que ocasionou no encharcamento de raízes profundas ou não e ao apodrecimento das plantas.

Outro problema enfrentado pelos moradores com a alagação foram os ataques de animais selvagens aos animais domésticos, e a aparição de animais peçonhentos dentro e ao redor das casas.

3.1.2 Resistência em permanecer no assentamento

Os assentados e assentadas sentem-se abandonados pelos órgãos e secretarias da prefeitura, mesmo assim ainda resistem em permanecer no assentamento. Presenciamos o fechamento da única escola que ainda tinha no Joana D'Arc III, a Escola Municipal Flor do Amazonas.

Estávamos passando na Linha 17, quando deparamos com um caminhão entrando na escola, quando perguntamos o que eles estavam fazendo ali eles informaram que tinham ordens pra levar todo o material da escola, pois as crianças foram transferidas para uma escola localizada no Assentamento Joana D'Arc II. Questionamos quanto ao transporte que não acontece regularmente no período das chuvas e os funcionários responderam que estavam cumprindo ordens e que nada podiam fazer e nem falar sobre o assunto.

Na mesma linha encontramos uma mãe esperando seu filho à beira da estrada, era a Dona Tatiane Monteiro da Silva, estava sentada embaixo de uma árvore. Perguntamos para ela sobre o fechamento da escola, ela disse: "agora ficou ruim demais", ela nem gosta que seu filho vá sozinho de ônibus, sem os pais, pois o motorista só anda em alta velocidade e ela tem muito medo que aconteça algum acidente, pois é longe e são aproximadamente 40 km de estrada para se chegar ao Assentamento Joana D'Arc II.

Identificamos que o posto de malária das agrovilas fechou por causa da alagação, o funcionamento acontecia de forma precária, os moradores faziam somente o exame da malária no local, agora todos precisam se dirigir até o Assentamento Joana D'Arc II para marcar consultas e realizar exames.

Figura 25: Entrevista à beira da estrada com Dona Tatiane ao lado seu filho, moradora no Assentamento Joana D'Arc III. Porto Velho/RO. (Pinheiro, fevereiro de 2016).

Dona Tatiane é beneficiária do programa Bolsa Família e precisa ir periodicamente ao posto de saúde com seu filho, pois além de ser uma exigência do programa é para o benefício e saúde da família, o problema está na distância e dificuldade no transporte até o posto de saúde que fica no Assentamento Joana D'Arc II, e às vezes demora muito para marcar uma consulta e nem todos os dias tem médico ou médica para atender alguém que esteja precisando de atendimento com urgência.

Entrevistamos também a Dona Givanice da Cruz, conhecida como Dona Nita, ela sempre nos hospeda em sua casa durante o trabalho de campo, além do preparo das nossas refeições, pagamos um valor de R$ 10,00 por refeição. Uma comida simples e muito saborosa, sua especialidade é a galinha caipira.

A Dona Nita divide seu tempo trabalhando em casa e na roça, ela também foi beneficiada com o Pronaf-Mulher, ela se lembra da época em que a escola foi construída e que não tinha merendeira, era ela juntamente com algumas mães que preparavam a comida das crianças.

Ela financiou o Pronaf-Mulher em 2013 e na época escolheu investir em galinha de corte, porém não deu certo, pois foi o período de construção das usinas e teve uma grande infestação de mosquitos.

Segundo Dona Nita, foram os mosquitos que mataram as galinhas, sem falar no incômodo para os moradores que não podiam nem sair de casa

porque era muito mosquito. Enquanto ela depenava uma galinha ela mostrou as marcas de picadas de mosquitos na galinha, disse que na época da alagação foi pior, eram tantos mosquitos que a maioria das galinhas acabou morrendo.

Até hoje os mosquitos ainda são um incômodo para os moradores, além da dor e coceira através da picada, podem trazer doenças como a malária e a dengue, além de prejudicar a saúde dos animais domésticos e das criações domésticas, que também sofrem com a grande quantidade de mosquitos.

3.2 AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES

No quadro 1, a seguir, identificamos as instituições que desenvolvem ações no assentamento para assentados e assentadas. De acordo com o quadro abaixo, para os assentados e assentadas, o INCRA teve uma grande importância no início do assentamento.

INSTITUIÇÕES	AÇÕES
INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)	Crédito habitação, titulação da terra, encascalhou a estrada.
EMATER (Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado de Rondônia)	Distribuição de sementes, cursos, análise de solo e assistência técnica e socioambiental e realiza assistência técnica e rural, desde 2014 está sendo realizada através da empresa terceirizada (EKOAR).
SEAGRI (Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária)	Curso dos derivados da mandioca e a implantação do Projeto Mandiocultura na casa de farinha.
SEMAGRIC (Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento)	Construção da Casa de Farinha, distribuição de mudas de café, e o transporte dos produtos que vão ser comercializados (transporte e venda).
IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)	Faz cumprir a legislação ambiental, mas não incentiva os moradores a prevenir as queimadas, por exemplo.
SEMUSA (Secretaria Municipal de Saúde)	Realiza e mantém um posto de saúde no Assentamento Joana D'arc II, há uma distância de 40km do Joana D'arc III e das agrovilas.
SEMED (Secretaria Municipal de Educação)	A escola tem uma boa estrutura, porém possui apenas uma professora e uma única turma, ou seja, todas as séries do ensino fundamental são juntas. No início de 2016, a Escola Municipal Flor do Amazonas foi fechada e os alunos transferidos para a escola do Assentamento Joana D'arc II.
UNIR (Universidade Federal de Rondônia)	Realiza pesquisa e extensão com assentadas e assentados.

Quadro 1 – Instituições e Ações no Assentamento Joana D'arc III – Porto Velho/RO. (GÓES, 2016)

O INCRA ainda realiza outras ações em parceria com outras instituições, o que torna um pouco difícil para os moradores identificarem que o Incra também está na parceria junto com a EMATER-RO e a EKOAR. Pois os técnicos que aparecem no assentamento são terceirizados.

Após o preenchimento do quadro observamos as dificuldades que assentados e assentadas têm em definir as ações de cada instituição, há muita confusão do que realmente é o papel do INCRA e o papel da EMATER-RO, o mesmo acontece com a SEAGRI e SEMAGRIC.

As instituições mais atuantes e presentes no assentamento para eles são: a EMATER-RO, EKOAR e SEMAGRIC. O primeiro e o segundo devido os técnicos possuírem um alojamento no Assentamento Joana D'Arc II, possibilitando uma maior proximidade com o local. O terceiro devido à implantação da Casa de Farinha, pois a farinha é o produto de maior valor econômico no assentamento, além de fornecer o transporte dos produtos para a cidade de Porto Velho/RO, proporcionando a comercialização da farinha e demais produtos na feira do produtor.

A SEMUSA e a SEMED estão mais distantes, pois o posto de saúde e a escola que atendem as crianças, jovens e adultos do Assentamento Joana D'Arc III e agrovilas está localizada no Joana D'Arc II.

O papel da UNIR, está relacionado à pesquisa, e esse é um trabalho de diálogo com assentadas e assentados realizado pelas pesquisadoras e pesquisadores do GEPGENERO.

3.3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA

No dia 1º de dezembro de 2014 aconteceu uma reunião para apresentação dos técnicos da empresa EKOAR (Empresa de Assessoria e Consultoria Ambiental da Amazônia LTDA), o local foi no auditório do SINTERO (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), na cidade de Porto Velho, os mesmos que em parceria com o INCRA ficaram responsáveis pela assistência técnica junto aos assentados e assentadas de Joana D'Arc I, II e III.

Um dos objetivos apresentados foi que trabalhariam com recorte de gênero. Segundo a empresa, os técnicos e técnicas são criteriosamente selecionados, com escolaridade de nível superior, sendo profissionais

graduados e graduadas, também possuem especialistas, mestres, mestras e doutores, e que possuem experiência e vivência em suas respectivas áreas de atuação. Possuem experiências em horticultura, sistemas de produção sustentáveis, programas de crédito, práticas conservacionistas de solo e irrigação, e experiência em ATER.

Durante a apresentação observamos que a maioria dos técnicos e técnicas possui graduações em Engenharia Ambiental e Engenharia Agronômica e apenas um técnico possui a graduação em Enfermagem. A empresa trabalha em parceria com outros municípios além de Porto Velho e do distrito de Jaci-Paraná, como Candeias, Theobroma, Ariquemes, Cujubim, Buritis, Nova União, Mirante da Serra, Presidente Médici, Castanheiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques.

Estavam presentes, além da equipe da EKOAR, os técnicos e representantes do INCRA, os representantes do Assentamento Joana D'Arc I, II e III, e do Assentamento Santa Rita, localizado no distrito de Jaci-Paraná, a empresa EKOAR irá atuar nesses assentamentos levando assistência técnica. Alguns assentados do Joana D'Arc III foram reassentados no Assentamento Santa Rita após o funcionamento da Hidrelétrica de Santo Antônio.

Figura 26: Equipe da EKOAR: agentes que trabalham com assistência técnica junto com os assentados. Assentamento Joana D'Arc III. Porto Velho/RO. (GÓES, 2014)

Os representantes do INCRA apresentaram seus trabalhos realizados no assentamento e destacou o potencial que os assentados têm e que com a inserção de outros trabalhos podem aumentar a economia do assentamento, uma das propostas foi a produção de polpa de frutas.

Os assentados receberam ajuda para o transporte, para que pudessem estar presentes à reunião, o INCRA disponibilizou carros e motoristas para buscar os representantes dos assentamentos para que estivessem presentes à reunião de apresentação dos novos técnicos para a assistência técnica.

3.3.1 AGROINDÚSTRIA

A Associação, juntamente com os assentados, almeja a melhoria na produção da farinha e geração de lucro, conseguiu em parceria com a prefeitura através da SEMAGRIC (Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento) a construção de uma agroindústria no local. Que atenderão os assentados de Joana D'Arc III e das Agrovilas: Padre Ezequiel, Chico Mendes, Sérgio Rodrigues, União dos Camponeses, Pequena Vanessa e Vencedora.

A agroindústria de farinha e fécula Ouro do Norte, como é chamada, é uma ampliação do Projeto Mandiocultura. Onde contará com trabalhadores capacitados e terá uma maior produção, a construção teve início no ano de 2014 e está sendo construída ao lado da Casa de Farinha, onde são realizadas as reuniões da Associação.

Sua construção é uma ampliação do projeto Mandiocultura, existente desde 2012, que deu origem a Casa de Farinha com equipamentos mecanizados, utilizando menos a mão-de-obra operacional. Os moradores de Joana D'Arc III e os moradores das agrovilas trabalham principalmente com a plantação de mandioca, pois a produção de farinha é o que gera mais renda no local.

Os trabalhos são diferenciados entre homens e mulheres, estando presente a divisão sexual do trabalho que é a divisão de trabalhos por sexo, ficando as mulheres com a parte de descascar a mandioca enquanto que os homens na parte de operacionalizar as máquinas.

Essa divisão ainda inserida em grande parte da sociedade, onde os homens ficam com o trabalho de operacionalizar as máquinas, comercializar,

sendo o externo. Enquanto para elas os trabalhos estão relacionados aos trabalhos domésticos, aos cuidados com os filhos e aos animais domésticos, sendo o interno. Ou seja, o trabalho dos homens é mais valorizado socialmente do que o trabalho das mulheres.

A comercialização não está sendo acessada pelas mulheres com efetividade, a comercialização dos produtos é realizada apenas pelo homem, nas reuniões da associação observamos isso.

O quadro 2 representa os cursos que foram realizados ou organizados em parceira com EMATER-RO direcionados para homens e mulheres do Assentamento Joana D'Arc III:

CURSOS	**HOMENS**	**MULHERES**	**ORGANIZAÇÕES**
Mandiocultura	X	X	EMATER, SENAR e SEBRAE
Forneiro	X		EMATER
Derivados da Mandioca	X	X	EMATER e INCRA
Produção de Viveiro	X	X	EMATER
Agente Ambiental	X		IBAMA
Formação de Brigadas para Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais	X		IBAMA
Prevenção de Fogo	X		IBAMA
Curso de Mecânica de Motos		X	EMATER
Curso de Fuxico		X	EMATER
Produtos de Limpeza		X	EMATER e SENAR

Quadro 2 – Cursos. Fonte: Pesquisa Equidade de Gênero no Assentamento Rural Joana D'Arc III.
Org. GÓES, Kelyany, 2014.

O transporte para a comercialização da produção da farinha é feita pelo caminhão da SEMAGRIC, notamos que não há participação das assentadas nesse momento da comercialização, o que poderia mudar um pouco esse

cenário seria o ATES através da inserção da trabalhadora rural na parte final da produção da farinha que é a comercialização.

Nos cursos em que a participação são de homens e mulheres é porque os cursos foram oferecidos para ambos, nos que estão somente os homens, por exemplo, o curso de forneiro foi oferecido apenas para os homens e o curso de mecânica de motos foi exclusivo para as mulheres.

O papel da ATES identificamos que é diversificado, sendo realizado pela EMATER/RO terceirizado pela empresa EKOAR, o trabalho dos técnicos consiste na distribuição das sementes, na realização de cursos, na análise de solo e assistência técnica e socioambiental e terceiriza o trabalho da EKOAR na parte de assistência técnica e rural desde 2014.

A participação dos assentados e assentadas é bastante significativa com esses trabalhos que são realizados pela ATES, a parte que ainda deixa a desejar é o acompanhamento após o financiamento do Pronaf-Mulher, que nem todas tiveram ou não estão tendo o acompanhamento. E a parte de elaboração do projeto para conseguir o financiamento é um ponto positivo, pois recebem auxílio e informações sobre o financiamento, nessa parte é bastante ativo o papel do ATES.

3.4 EQUIDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO RURAL

O gráfico 1 ilustra a porcentagem dos entrevistados, a maioria é do gênero masculino, porém a presença das mulheres no espaço rural é bastante significativa, prova disso é a diferença de apenas 20% a menos em relação aos homens.

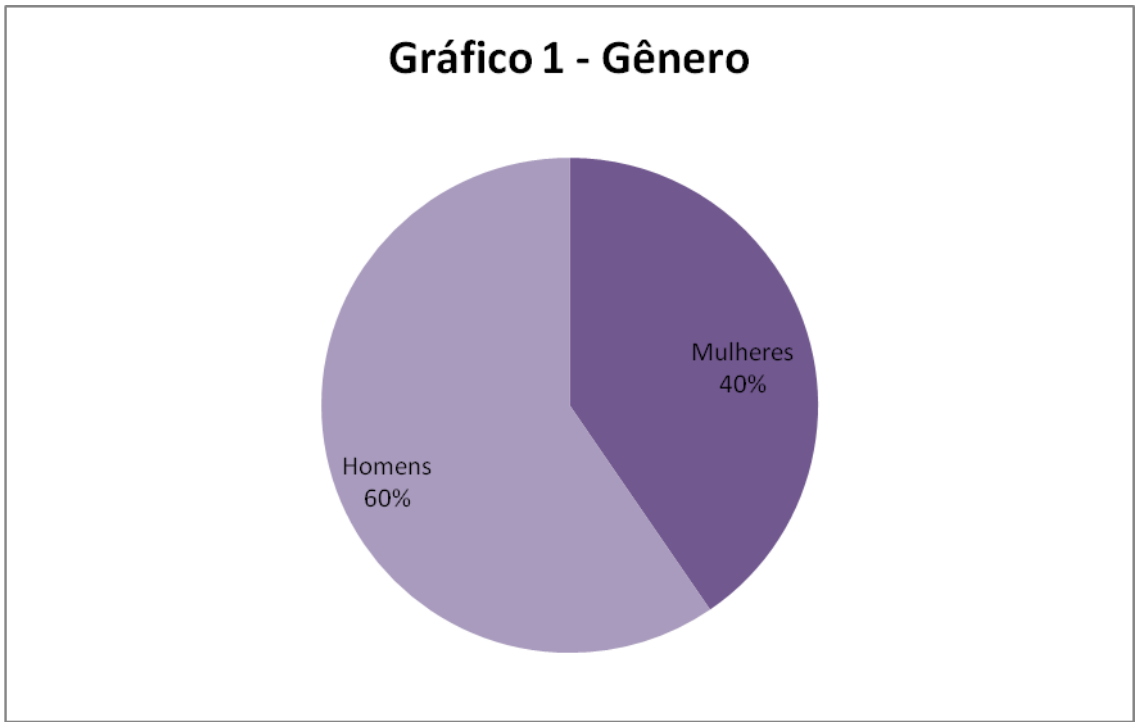

Gráfico 1 – Gênero dos assentados. Assentamento Joana D'Arc III – Porto Velho/RO. (GÓES, 2015).

A condição de limites de espaços para as mulheres e as conquistas de equidade entre homens e mulheres são o que impulsionam as pesquisas de gênero. A equidade de gênero está ligada à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e ao respeito existente entre eles.

Existem trabalhos no assentamento que são exclusivos das mulheres e outros exclusivos dos homens, esses diferentes trabalhos não deveriam ter seus papéis diferenciados em relação em ser homem ou ser mulher. Homens e mulheres têm necessidades, preferências e interesses diferentes, para se alcançar a igualdade as políticas públicas precisam realizar tratamentos e oportunidades diferentes para homens e mulheres.

Através das políticas públicas no assentamento, tem-se buscado alcançar a equidade de gênero, como o mutirão de documentos que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atualmente Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), realiza para as trabalhadoras rurais, onde elas conseguem tirar os documentos básicos como a Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), e Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) passam a ser reconhecidas como titulares dos lotes.

Entrevistamos as mulheres chefas de família e também as que vivem em união estável ou são casadas, pois é assegurado para elas o direito de possuírem a titulação do lote, mesmo que esse já tenha a titulação em nome do homem, passando a incluir o nome da mulher na titulação conjunta com o marido ou companheiro.

Analisamos apenas o estado civil das mulheres, pois elas passaram a ter direito à titulação da terra conjunta, conforme o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais. Sendo esse um dos requisitos para garantir e acessar as políticas públicas, como o financiamento do Governo Federal para a produção.

Conforme o gráfico 2 que mostra o estado civil das mulheres, a maioria é casada, em cartório, na igreja ou possuem a certidão de união estável. O total das mulheres que se declararam chefas de família foram 18, sendo as solteiras e viúvas. Vale ressaltar que as mulheres que são chefas de família têm preferência na titulação do lote.

As mulheres que possuem a titulação do lote se sentem mais empoderadas, pois se sentem como donas da terra e também tem o mesmo direito que os homens de acessar o financiamento.

Com o acesso das trabalhadoras rurais ao Pronaf-Mulher, elas investem com produção no lote, e dessa forma garantem a permanência da família no campo.

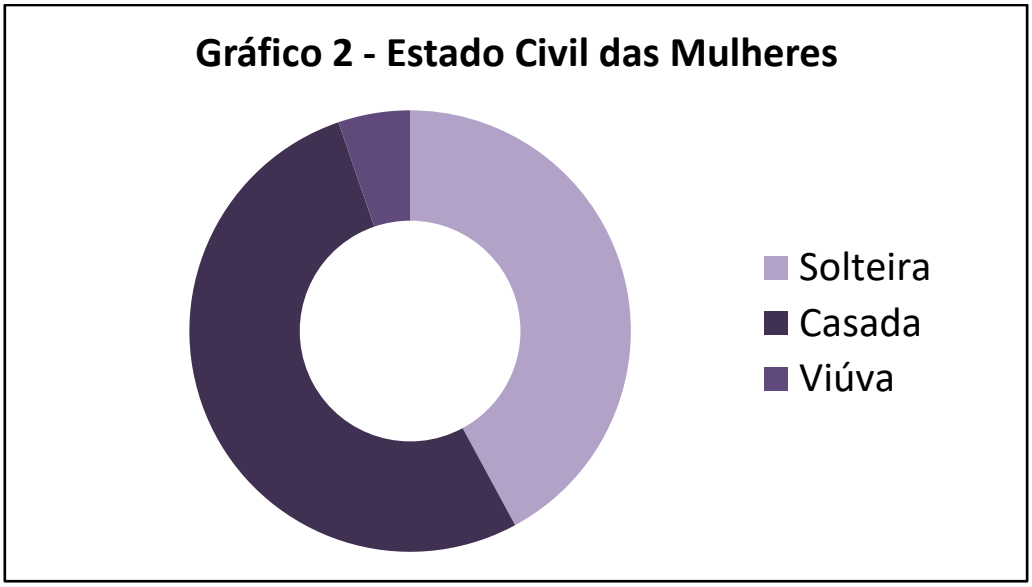

Gráfico 2 – Estado Civil das Mulheres. Assentamento Joana D'arc III – Porto Velho/RO. (GÓES, 2015)

A diferença entre casadas e solteiras ficou em menos de 20%, não podemos afirmar que essa questão está diretamente ligada ao fato da mulher rural ter a titulação do lote. Entretanto, podemos afirmar que as mulheres que passaram a ter a titulação do lote estão mais empoderadas, pois elas se sentem donas da terra e também tem o direito a acessar os financiamentos do Pronaf – Mulher, investindo com produção no lote, dessa forma garantindo a permanência da família no lote.

3.5 TITULAÇÃO CONJUNTA

No gráfico 3 as "Donas" da terra, mostramos o quantitativo de mulheres que possuem a titulação do lote, estão praticamente em igualdade aos homens, isso está relacionado ao conhecimento de informações sobre esse direito, que é uma das políticas de igualdade de gênero e um requisito para acessar linhas de crédito. Algumas assentadas receberam o lote dos pais, do sogro/sogra, ou trabalha como meeira no lote, a opção dos outros é quem ainda está aguardando a regularização no Incra para providenciar a titulação.

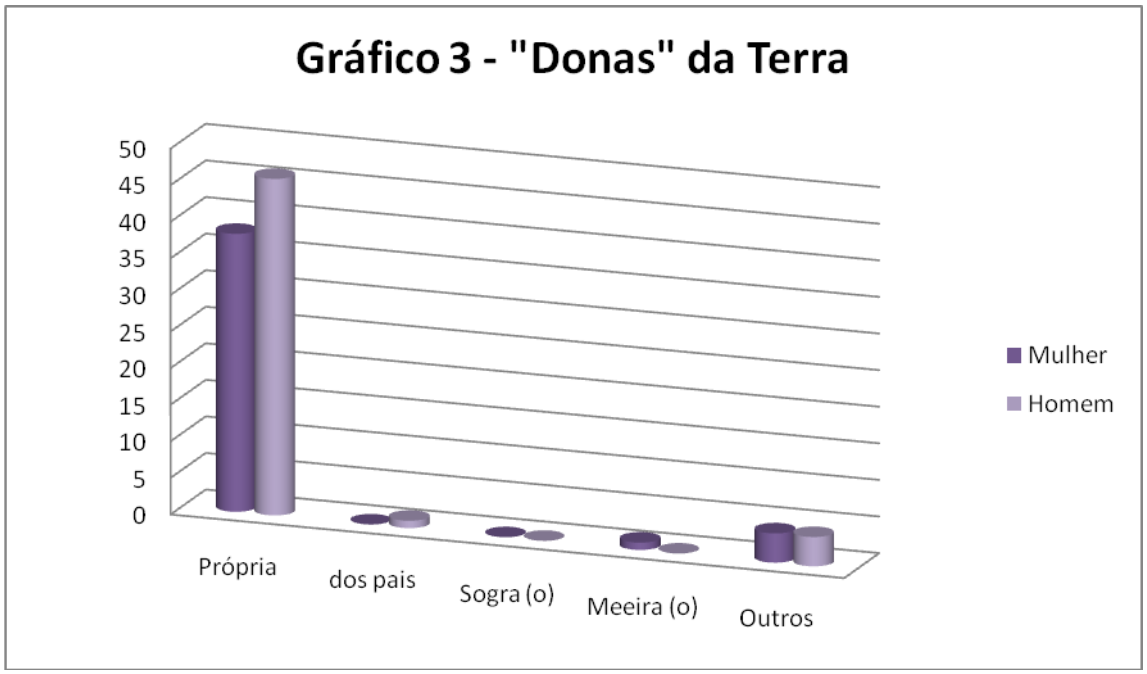

Gráfico 3 – "Donas" da Terra. AssentamentoJoana D'arc III – Porto Velho/RO. (GÓES, 2015)

A partir das análises, compreendemos que as mulheres estão acessando a política pública de titulação conjunta, e elas estão praticamente em igualdade ao quantitativo de homens que possuem a titulação do lote. Isso nos mostra que a Portaria nº 981/2003 e a Instrução Normativa nº 38/2007, ambas instituídas há aproximadamente dez anos, estão sendo efetivas no combate as desigualdades de gênero no espaço rural. Segundo dados do MDA (2013) na reforma agrária, as mulheres representavam 72% dentre os titulares registrados, enquanto que em 2003 elas eram 24%, e as mulheres chefes de famílias em 2013 representavam 23% do público beneficiário e no ano de 2003 elas eram 13% apenas.

Sendo que para as mulheres acessarem o Pronaf-Mulher precisa ter a titulação do lote em seu nome próprio ou conjunta com o marido ou companheiro, quando não tem a documentação civil elas precisam acessar o PNDTR (Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural), ou seja, é uma forma delas tirarem os documentos básicos, e para isso que a política do PNDTR foi criada, para aquelas mulheres que não têm como ir até a cidade tirar seus documentos civis.

3.6 PROGRAMA NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL

Como já mencionado, no ano de 2011 já teve o “Mutirão da Documentação” no assentamento, que foi possível viabilizar a documentação para as mulheres do Assentamento Joana D’arc I, II e III. O mutirão beneficiou não só as mulheres como também os homens, jovens e idosos que não tinham nenhuma documentação ou para tirar a segunda via.

Em 2013 o MDA/RO realizou outros mutirões no Estado de Rondônia, podemos acompanhar dois mutirões ambos realizados no município de Porto Velho, um foi realizado no Distrito de Nazaré, a figura 20 mostra o momento do registro fotográfico e o local improvisado.

Figura 27 – Realização das fotos 3x4 no mutirão do MDA realizado no Distrito de Nazaré – Porto Velho/RO. (GÓES, 2013)

Os locais para tirar a foto são improvisados, sempre colocam um pano branco na parede e caso a mulher esteja com uma blusinha de alça ou tomara-que-caia e o homem de regata, eles têm disponível uma camisa branca de gola, pois a foto é utilizada para documentos e também precisa sair em boas condições, por isso o responsável pelas fotografias precisa ter cuidado para não sair sombra na lateral da cabeça.

O outro mutirão foi realizado no Distrito de Cujubinzinho, na foto 21 podemos ver a preparação para a realização da fotografia. Durante os mutirões as fotos 3x4 são as mais requisitadas, são disponibilizadas na hora, e necessárias para o RG e para a Carteira de Trabalho.

Figura 28 – Realização das fotos 3x4 no mutirão do MDA realizado no Distrito de Cujubinzinho – Porto Velho/RO. (GÓES, 2013)

Com a divulgação e mobilização realizada antecipadamente as pessoas se programam para participar e serem beneficiadas, o horário de atendimento é a partir das 8h da manhã, porém as pessoas começam a formar fila a partir das 6h da manhã, na figura 22 mostra a fila que estava na frente da pousada em que se encontravam os técnicos no Distrito de Nazaré.

Figura 29 – Fila à beira do rio Madeira no mutirão do MDA realizado no Distrito de Nazaré – Porto Velho/RO. (GÓES, 2013)

Com o beneficiamento dos documentos elas podem requerer as políticas públicas, como a linha de financiamento do Pronaf-Mulher. No Assentamento Joana D'arc III encontramos homens e mulheres que fizeram o financiamento, no caso dos homens o Pronaf.

3.7 ACESSO AO CRÉDITO DO PRONAF-MULHER

Com a criação da linha de crédito voltada para as trabalhadoras rurais ficou mais fácil para elas terem uma autonomia financeira. Essa política pública proporciona autonomia e contribui para a equidade de gênero.

No gráfico 4 sistematizamos os assentados e assentadas que acessaram o financiamento pelo Pronaf e o Pronaf-Mulher, do montante que responderam ao questionário apenas 62% dos homens e 38% das mulheres já tiveram acesso ao financiamento.

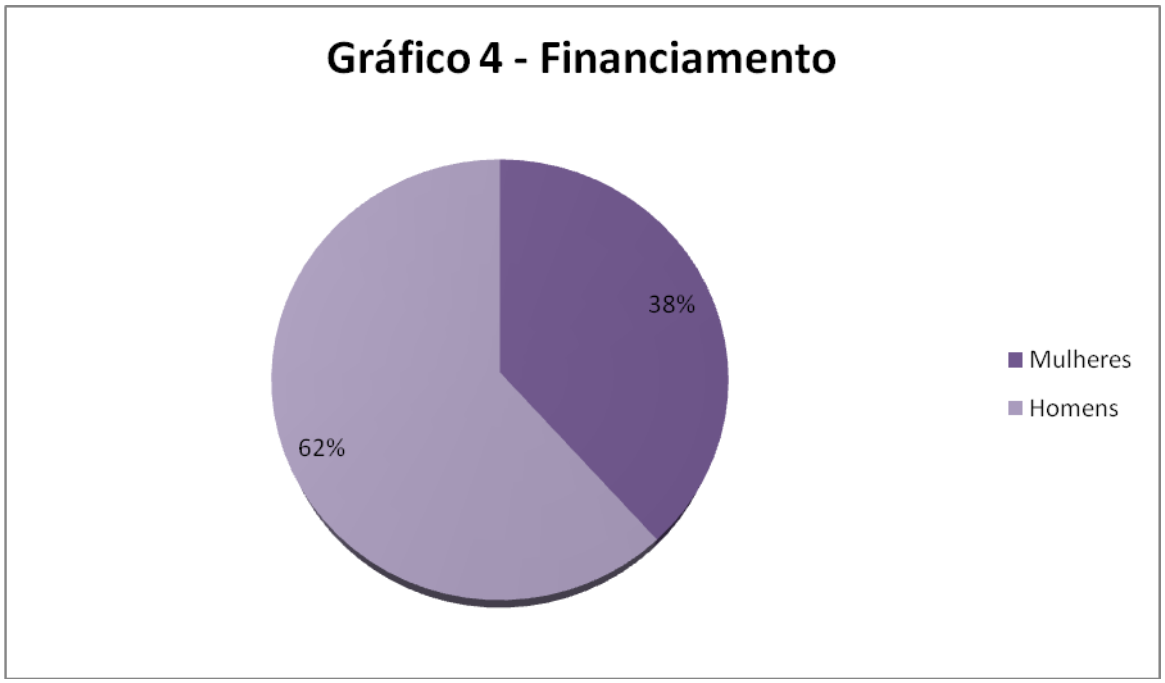

Gráfico 4 – Financiamento. Assentamento Joana D'Arc III – Porto Velho/RO. (GÓES, 2015)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) através do seu subprograma o Pronaf-Mulher tem inserido cada vez mais mulheres rurais na agricultura, porém na parte de comercialização podemos observar a invisibilidade da mulher, pois as mulheres ainda não dominam os espaços externos, e no assentamento Joana D'arc III ainda estão muito voltadas aos espaços internos, aos trabalhos de âmbito doméstico.

De acordo com as perguntas feitas as entrevistadas, destacamos algumas dificuldades e melhorias afirmadas pelas entrevistadas em relação ao Pronaf-Mulher, no contato com os técnicos responsáveis antes e após os

benefícios, classificamos as dificuldades como ponto negativo e as melhorias como ponto positivo:

PERGUNTAS	PONTO NEGATIVO	PONTO POSITIVO
ELABORAÇÃO DO PROJETO		X
TITULAÇÃO CONJUNTA		X
FALTA DE DOCUMENTOS	X	
PNDTR		X
BUROCRACIA DO BANCO	X	
NÃO PODE RECEBER NOVAMENTE SE ELA OU O MARIDO TIVER INADIMPLENTE	X	
MEDO DE NÃO CONSEGUIR PAGAR	X	
FALTA DE INFORMAÇÃO	X	
FALTA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA APÓS A LIBERAÇÃO DO CRÉDITO	X	
DIFICULDADE NA RELAÇÃO TRABALHADORA E MEDIADOR DO SEXO MASCULINO	X	
AUTONOMIA DA ESCOLHA DO QUE PRODUZIR		X

Quadro 3 – Pontos positivos e negativos do Pronaf-Mulher no Assentamento Joana D'arc III – Porto Velho/RO. (GÓES, 2016)

O quadro 1 mostra que foram encontradas mais dificuldades do que melhorias em relação ao acesso e a permanência ao crédito Pronaf-Mulher. O acesso ao crédito gera requisitos de documentação, e a falta de documentos é um dos pontos negativos, porém a criação do PNDTR (Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural), que realiza mutirão de documentação na zona rural, foi considerada por elas como ponto positivo devido já ter sido realizado o mutirão no local atendendo os assentamentos Joana D'arc I, II e III.

Outro requisito obrigatório é a titulação do lote, porque com a exigência da titulação as mulheres ganharam direito em ter o lote em seu nome próprio

ou caso esteja no nome do marido de ter seu nome inserido na titulação também.

A demora em ter o financiamento aprovado pelo banco foi colocada como ponto negativo, pois algumas mulheres tiveram que ir várias vezes à cidade para ir ao banco em busca de informações a respeito do financiamento.

A preocupação em não conseguir quitar a dívida, esse item pode ser considerado como o principal motivo para elas pensarem em não realizar o financiamento, por isso foi apontado como negativo.

A falta de informação foi considerada um ponto negativo, pois algumas beneficiadas não sabiam o real motivo de não terem sido beneficiadas e as que já tinham recebido o financiamento não sabiam o porquê de não poderem realizar novamente. Em entrevista com a técnica responsável, ela garantiu que todas sabiam o motivo: a inadimplência do marido, ou a falta de algum documento, como a titulação do lote.

Em relação à elaboração do projeto as beneficiadas afirmam que foi um ponto positivo, pois os técnicos elaboram os projetos a partir da escolha delas, explicaram o que seria mais viável tendo em vista o que já era produzido no lote.

A relação com os técnicos responsáveis também foi colocada como ponto negativo em se tratando de ser do sexo masculino, pois geralmente o técnico conversa com o marido apenas, sendo que a mulher é a beneficiária. Embora a mulher esteja presente ao lado do marido a linguagem é sexista voltada apenas para o homem, o agricultor ou o trabalhador rural.

Uma das técnicas da Ekoar que ficou responsável no Assentamento Joana D'arc III até 2015, engenheira agrônoma Renata Cardim, diz que algumas beneficiárias têm o projeto semelhante ao do marido, como o de plantação da mandioca, dessa forma, a assistência técnica é a mesma para ambos.

O quadro 2 é referente aos trabalhos que as mulheres sempre realizaram no assentamento antes de fazer o financiamento, nota-se que a maioria dos trabalhos são realizados pelas mulheres e pelos homens, logo, o trabalho da mulher na roça não pode ser considerado uma "ajuda" para o marido, pois elas trabalham a mesma quantidade de horas que eles, fazendo as mesmas coisas.

TRABALHOS	ANTES DO FINANCIAMENTO	
	HOMEM	MULHER
ROÇA	X	X
LIMPAR A CASA		X
CUIDAR DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS	X	X
CRIAÇÃO DE GADO	X	
CUIDAR DOS FILHOS		X
FAZER COMIDA		X
PLANTAR	X	X
CUIDAR DA HORTA		X
PRODUZIR FARINHA	X	X
DESCASCAR MANDIOCA		X
COMERCIALIZAÇÃO	X	

Quadro 4 – Trabalhos realizados antes do financiamento pelas mulheres e pelos homens no Assentamento Joana D'arc III – Porto Velho/RO. (GÓES, 2015)

Os trabalhos em relação ao cuidado com a família são realizados pelas mulheres, elas que são as responsáveis pelo cuidado dos filhos, dos animais domésticos e da casa, esses trabalhos das mulheres em relação ao lar não estão somente no campo, e sim das mulheres em geral, construídos socialmente como responsabilidade da mulher.

Depois do acesso das mulheres ao Pronaf-Mulher, ampliou os trabalhos realizados por elas. Ambos continuam com os mesmos trabalhos, como aparece no quadro 3.

Elas ficaram de fora apenas do trabalho de forneiro, ou seja, manusear o forno da farinheira, isso ocorreu devido o curso ser oferecido exclusivamente para os homens. O curso de derivados da mandioca foi colocado em prática após o financiamento devido terem renda para investir.

TRABALHOS	DEPOIS DO FINANCIAMENTO	
	HOMEM	MULHER
ROÇA	X	X
LIMPAR A CASA		X
CUIDAR DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS	X	X
CRIAÇÃO DE GADO	X	
CRIAÇÃO DE GALINHAS		X
CUIDAR DOS FILHOS		X
FAZER COMIDA		X
PLANTAR	X	X
CUIDAR DA HORTA		X
PRODUZIR FARINHA	X	X
FORNEIRO	X	
DESCASCAR MANDIOCA		X
COMERCIALIZAÇÃO	X	
PRODUZIR DERIVADOS DA MANDIOCA		X

Quadro 5 – Trabalhos realizados depois do financiamento pelas mulheres e pelos homens do Assentamento Joana D'arc III – Porto Velho/RO. (GÓES, 2016)

Os trabalhos domésticos ainda permanecem exclusivos para as mulheres. Segundo as mulheres do assentamento, quando elas precisam ir à cidade comercializar o produto, o marido só assume o trabalho doméstico quando não tem uma figura feminina em casa, ou seja, para os homens é um trabalho esporádico.

Com o financiamento houve esse acréscimo de trabalho, com isso uma autonomia financeira para as mulheres, um poder de voz não só dentro de

casa, mas também nas reuniões da associação onde elas decidem ou o casal decide juntos sobre as benfeitorias que farão na terra.

Durante as entrevistas ficamos sabendo que os técnicos da EKOAR (empresa contratada para realizar o ATES) estiveram no Assentamento em janeiro de 2016, para a realização do financiamento do Pronaf-Mulher. Em entrevista com 14 mulheres que tinham interesse, nenhuma renovou ou conseguiu fazer seu 1º financiamento.

O mais curioso foi que elas não sabiam o motivo de não poderem realizar o financiamento. Então perguntamos para elas se sabiam o motivo, e elas só respondiam: “que era porque já tinham feito uma vez e daí acho que não pode fazer de novo”. Pois, segundo informações da representante da Ekoar, quem não quitou o financiamento anterior não pode fazer um novo e se o marido ainda não tiver quitado também não pode.

Em relação às mulheres que nunca fizeram o financiamento elas sabiam responder por que não podiam fazer o financiamento: pela falta de documentação do lote, que elas precisam ir até o Incra fazer a titulação conjunta e cadastrar o lote no seu nome. Vimos que a informação sobre a política pública da titulação conjunta elas já têm, sabem como acessar e estão acessando, porém ir até a cidade ainda é uma barreira para elas, pois não estão acostumadas em transitar na cidade.

3.7.1 Pluriatividade

Através de informações as mulheres almejam crescer economicamente e garantir uma renda ou aumentar a renda da família, com isso, produzem mais. Elas buscam a equidade de gênero, para se manter no campo e garantir o sustento familiar, elas exercem trabalhos voltados para agricultura e outros não-agrícolas, esses trabalhos paralelos aos seus trabalhos no campo que contribuem para o aumento da renda são chamados de pluriatividades e são realizados no meio rural.

> A pluriatividade é percebida como uma estratégia para o desenvolvimento no meio rural, pois a combinação das atividades agrícolas com as não-agrícolas têm sido visto como uma alternativa de renda aos agricultores familiares (...) (SOUZA e SILVA, 2012)

Aquelas que recebem o benefício do Pronaf-Mulher ajudam na renda da família e ainda utilizam o dinheiro para investir em outro trabalho que gere renda. Nas figuras 23, 24, 25 e 26 mostram o que elas produzem a partir dos cursos oferecidos pelas Instituições. Na figura 23 a Dona Nita mostra com satisfação os molhos de pimenta variados que produz no seu lote.

Figura 30 – Molho de pimenta. Assentamento Joana D'Arc III em Porto Velho/RO. (GÓES, 2013)

Na figura 24, temos o sabão em barra e o sabão em pasta que elas aprenderam a fazer a partir dos cursos oferecidos no assentamento e é muito útil para elas, pois para produzir esses produtos de limpeza elas utilizam a mandioca ralada, e ainda facilita no deslocamento pra comprar e garante uma economia na renda.

Figura 31 – Sabão em barra e em pasta. Assentamento Joana D'Arc III em Porto Velho/RO. (GÓES, 2013)

Outros produtos são realizados pelas mulheres rurais de Joana D'Arc III, por exemplo, a produção de pão, elas procuram aproveitar tudo da mandioca, pois é o que mais produzem no lote, como o molho de tucupi.

Procuramos destacar alguns artesanatos que elas produzem, bordados, tapetes, na figura 25, são os imãs de geladeira feitos à base de crochê e são bem criativos.

Figura 32 – Ímã de geladeira. Assentamento Joana D'Arc III em Porto Velho/RO. (GÓES, 2013)

Na figura 26 temos a cortina de crochê feita com cartões telefônicos, dessa forma elas reciclam o que antes não teria utilidade e iria para o lixo.

Figura 33 – Cortina de crochê. Assentamento Joana D'Arc III em Porto Velho/RO. (GÓES, 2013)

Esses trabalhos têm mostrado que as mulheres conquistaram seu espaço no assentamento, principalmente de forma econômica, se tornando visíveis para a sociedade. O grande fator que contribuiu para a pluriatividade foi o acesso às políticas públicas.

3.7.2 As Descascadeiras de Mandioca

Um grupo de mulheres é responsável por descascar a mandioca, chamadas de descascadeiras, a mandioca descascada é para a produção da farinha. A participação delas fica restrita nessa função, que requer muita habilidade no manuseio da faca, elas ficam em média seis horas na mesma posição, a maioria sentada ao chão e não usam protetor nas mãos correndo o risco de se cortarem caso a faca venha a escapulir das mãos.

Até 2013, que corresponde ao período antes da cheia do Madeira, podíamos descrever esse grupo sendo: formado por mulheres, a maioria solteiras, o valor do saco descascado era apenas de R$ 5,00 e o trabalho era realizado na casa de farinha, pois o dono da roça levava as mandiocas para lá conforme o seu dia da semana. As descascadeiras já tinham o dia certo para ir que eram as terças-feiras podendo ir mais vezes durante a semana.

> No assentamento existe um grupo de mulheres que são conhecidas como “as descascadeiras” de Joana D’arc III, elas realizam o trabalho de descascar a mandioca, para a preparação da farinha. É uma forma de sustento para elas, sendo que a maioria é solteira e não possui outra renda, elas recebem R$ 5,00 por cada saco cheio de 50kg de mandioca descascada, em média cada uma descasca 7 sacos num período de 6 horas. Elas vão para a farinheira toda terça-feira ou mais vezes, dependendo da quantidade da colheita. Começam a chegar lá pelas 3 horas da manhã para poderem terminar 9 horas da manhã do mesmo dia, pois precisam retornar para suas casas, onde vão fazer o almoço para o marido e/ou os filhos (GÓES, 2014, p. 49).

A partir de 2014 o valor de cada saco descascado por elas passou a custar R$ 7,00 reais, isso tem relação à cheia do Rio Madeira, algumas plantações ficaram prejudicadas, o que afetou a economia do assentamento, pois alguns agricultores e agricultoras tiveram suas plantações alagadas.

Figura 34: Descascadeiras na associação. Assentamento Joana D'arc III. Porto Velho/RO. (GÓES, 2014)

As idades das descascadeiras variam entre 15 e 50 anos, são mulheres trabalhadoras que se submetem a um trabalho difícil e cansativo. Algumas levam os filhos porque não tem com quem os deixarem.

Esses trabalhos ajudam-nas no complemento da renda familiar. O saco de 50 kg de mandioca descascada passou a custar R$ 8,00 em 2015, esse aumento foi devido à escassez de plantação, pois com a cheia histórica do Madeira, os assentados e assentadas tiveram seus solos encharcados, afetando uma parte ou totalmente as plantações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos quatro políticas que elas conseguiram acessar: o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), a Titulação Conjunta, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-MULHER), que tem uma linha de crédito específica para elas, e o ATES.

Com os resultados da pesquisa foi possível identificar alguns problemas que a comunidade enfrenta como os problemas de infraestrutura, a falta de organização interna e política, e principalmente as questões voltadas para a saúde e educação. Após a cheia histórica do Rio Madeira os problemas aumentaram. Esperamos que as políticas públicas atendam todas as trabalhadoras rurais e que no futuro elas possam ser reconhecidas como verdadeiras "donas" do seu lote.

As mulheres trabalhadoras rurais do Assentamento Rural Joana D'arc III estão acessando as políticas públicas através de informações que elas conseguem obter no acesso ao PNDTR, realizado através de mutirões no próprio assentamento. Quanto ao Pronaf-Mulher identificamos mulheres que receberam o benefício para desenvolver os seguintes empreendimentos: criação de galinhas botadeira e de corte, e ao ATER, recentemente foi contratada uma empresa para trabalhar no assentamento, a EKOAR, em especial, trabalhando com o recorte de gênero, que é o mais difícil para os técnicos. São programas que possuem ações específicas para as mulheres rurais de assentamento da reforma agrária.

Conclui-se, assim, que as políticas públicas estão sendo implementadas no assentamento rural Joana D'arc III e que as mulheres estão tendo a oportunidade de conquistarem seu próprio empoderamento. Através do Pronaf-Mulher, elas possuem uma fonte de renda para o sustento e complemento da renda familiar, e que também passam a ter mais atividades inseridas na sua jornada de trabalho. A produção das mulheres rurais de Joana D'arc III é variada e elas aprenderam a produzir a partir dos materiais e recursos disponíveis no lote.

Com o acesso às informações elas buscam crescer economicamente e garantir uma renda maior para sua família, buscam a igualdade de gênero, através da realização de uma atividade extra; essas mulheres passam a ter o seu empoderamento, o poder de decidir o que comercializar e de que forma investir seus recursos. As mulheres não buscam a superioridade entre os homens, querem apenas ter os mesmos direitos, garantidos por lei e terem seus trabalhos reconhecidos.

No Assentamento Joana D'arc III, as políticas públicas estão sendo implantadas, embora tenha-se demorado tanto tempo. Observa-se ainda que estão sendo garantidos os direitos para as mulheres da zona rural, através de crédito para atividades agrícolas e não-agrícolas, ao acesso de título da terra e aos programas de apoio ao desenvolvimento da produção rural. Vale ressaltar que as mulheres do assentamento também acessam as políticas públicas de transferência de renda, como é caso do Bolsa Família.

As políticas públicas estão avançando nas questões de gênero, como tem acontecido no assentamento, onde as mulheres têm acesso à cidadania, à

titulação conjunta e à linha de crédito Pronaf-Mulher, fortalecendo seu empoderamento nas áreas públicas e privadas. Elas estão tendo acesso a conquistarem seu empoderamento, através do Pronaf-Mulher, possuem uma fonte de renda para o sustento e complemento da renda da família.

Com a aplicação dos questionários identificamos alguns problemas que a comunidade enfrenta, no que diz respeito a infraestrutura, organização interna e principalmente de saúde e educação.

Com o acesso as informações elas buscam crescer economicamente e garantir uma renda maior para sua família, buscam a equidade de gênero, através da realização de uma atividade extra, essas mulheres passam a ter um empoderamento, um poder de decisão do que comercializar e de que forma investir seus recursos. As mulheres não buscam a superioridade entre os homens, querem apenas ter os mesmos direitos garantidos por lei e o reconhecimento de seu trabalho.

As mulheres trabalhadoras rurais das Agrovilas do Assentamento Rural Joana D'arc III estão acessando as políticas públicas, através de informações elas conseguem ter acesso ao PNDTR, ao PRONAF-MULHER e ao ATER, que são programas que possuem ações específicas para as trabalhadoras rurais.

No Assentamento Joana D'arc III, as políticas públicas estão chegando embora tenha demorado tanto tempo, mas estão garantindo os direitos para as mulheres da zona rural, através de crédito para atividades agrícolas e não-agrícolas, ao acesso de título da terra e aos programas de apoio ao desenvolvimento da produção rural.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Maria Luzia; D'INCAO, Maria Ângela. (Orgs.). **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia.** Belém: GEPEM, 1995.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ANDRADE, M. C. **Geografia Ciência da Sociedade - Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico.** São Paulo: Atlas, 1987.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico: Contribuição para uma Psicanálise do Conhecimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____**. A poética do espaço**: tradução Antonio de Pádua Danesi. 2 ed, São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BAYLINA, Mireia; GARCIA-RAMON, Maria Dolors; PORTO, Ana María;SALAMAÑA, Isabel; VILLARINO, Montserrat.**'O Mundo Rural' na Espanha: uma perspectiva das mulheres profissionais.** Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 24 -37, ago. / dez. 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BOLLNOW, Otto Friedrich. **O homem e o espaço.** Curitiba. Editora da UFPR. 2008.

BORGES, Maristela Corrêa. Da observação Participante à Participação Observante: uma experiência de pesquisa qualitativa. *In* RAMIRES, Julio Cesar

de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação.** Uberlândia: Assis Editora, 2009.

BUTTO, Andrea e HORA, Karla Emanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. IN LOPES, Adriana L. & BUTTO Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária: A experiência recente no Brasil.** Brasília: MDA 2008.

CAPEL, Horácio. **Filosofía y Ciência em la Geografia Contemporánea: una introdución a la Geografia.** Barcanova, 1981.

CARVALHO, Delgado de. **Geografia Humana: política e economia.** 2ª Ed. 1967.

CARVALHO, NatályaDayrell; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. A Pesquisa Participante no contexto da Geografia Agrária: pressupostos teóricos e possibilidades práticas. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação.** Uberlândia: Assis Editora, 2009.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o Homem. Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana.** São Paulo: Matins Fontes, 1997.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política: Território, Escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CLAVAL, Paul. A cultura ribeirinha na Amazônia: perspectivas geográficas sobre o papel de suas festas e festejos. In: KOZEL, Salete et al. **Expedição amazônica:** desvendando espaços e representações dos festejos em comunidades amazônicas. “A festa do boi bumbá”: um ato de fé. Curitiba: SK Ed., 2009.

_____**.Epistemologia da Geografia.** Editora UFSC. Florianópolis, 2011.

_____**. Terra dos Homens:** a geografia, São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, Albertina de Oliveira; AMADO, Tina. (Org.). **Alternativas escassas, saúde, sexualidade e reprodução na América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1994.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/ textos_pdf/Empoderamento.pdf.

COSTA, Ana Maria et.al. (Org.). **Saúde, eqüidade e gênero**. Brasília: UnB, 2000.

.

D'INCÃO, Maria Angela (Org.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. Belém: CEJUP, 1997.

DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das mulheres no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DESCARTES, R. **Discurso do Método.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DIDEROT, A. L. Thomas; D'EPINAY, Madame.**O que é uma mulher?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza.** 5ª Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1991.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**: mito e histórias do arquétipo da mulher selvagem. 12. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

.

FECHINE, Elaine F. Gonçalves. **Mulheres Ribeirinhas do Rio Madeira: Cotidiano Envolto em Brumas.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia- UNIR, Porto Velho. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os Desafios da Geografia Agrária para explicar as políticas de reforma agrária nos governos Cardoso e Lula. IN: SILVA, José Borzachiello; LIMA, Luiz Cruz. Orgs. **Panorama da Geografia brasileira.** São Paulo, Annablume, 2006.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A mulher escondida na professora:** uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1994.

FERREIRA, Mary et. al. (Org.). **Os poderes e os saberes das mulheres**: a construção do gênero. São Luis: EDUFMA, 2001.

FERREIRA, Telma Ferreira da Silva. **Geografia e gênero no assentamento rural Joana D'arc III:** um lugar às margens da estrada. Porto Velho, Rondônia. 2014. Dissertação (Geografia). Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: GRAAL, 1998

FUJISAWA, Marie Suzuki. **Das Amélias às Mulheres Multifuncionais: a emancipação feminina e os comerciais de televisão.**

GÓES, Kelyany Oliveira Castro de. **Equidade de gênero no campo: o modo de vida de mulheres e homens das agrovilas do assentamento rural Joana D'arc III, Porto Velho - RO**. Porto Velho, Rondônia, 2014.62f. : il.TCC (Graduação em Geografia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos Focais como técnica de investigação qualitativa:** desafios metodológicos. Paidéia, In Revista de Estudos Sociais, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: o "fim dos Territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.**tradução A. V. Soboal & M. S. Gonçalves, São Paulo: Loyola, 1992.

_____**. Espaços de Esperança.** tradução A.U. Sobral & M. S. Gonçalves, São Paulo: Loyola, 2004.

_____**. A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo. Annablume. 2005.

HOLANDA FILHO, Zenildo Ferreira. **Impactos Socioambientais da Tecnologia de Cultivares de Banana em Área de Assentamento de Reforma Agrária em Rondônia.** Dissertação de Mestrado. Porto Velho: UNIR, 2007.

KANT, E.**Crítica da Razão Pura.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

KOZEL, Salete. **Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba a Capital ecológica.** Tese (Doutorado em Geografia), Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal de São Paulo, 2001.

_____**. Expedição amazônica:** desvendando espaços e representações dos festejos em comunidades amazônicas. Curitiba: SKEd, 2009.

_____**.** Mapas mentais – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S.; COSTA SILVA, J.; GIL FILHO, S. F. (orgs). **Da percepção & cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia cultural humanista.** São Paulo: Terceira Margem; Curitiba, NEER, 2007.

KOZEL, Salete.; SOUSA, Lucileyde Feitosa. Parintins, que espaço é esse?Representação espacial sob a ótica do morador e do visitante. In: KOZEL, Salete et al. **Expedição amazônica: desvendando espaços e**

representações dos festejos em comunidades amazônicas. “A festa do boi bumbá”: um ato de fé. Curitiba: SK Ed., 2009.

LACOSTE, Y. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** tradução Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1989.

_____.. **A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos.** BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA, SÃO PAULO, nº 84, p. 77-92, 2006.

LINDO, Paula Vanessa de Faria. **Geografia e Política de Assistência Social:**

LOPES, Adriana, e BUTTO, Andréa (Orgs). **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil.** Brasília/MDA, 2008.

MARAFON, Glaucio José. **O trabalho de Campo como um instrumento de trabalho para o Investigador em Geografia Agrária.** In RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

MARTINS, Marcio Marinho. **Corumbiara: Massacre ou Combate? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos.** Dissertação de Mestrado em Geografia - PPGG. Porto Velho: UNIR, 2009.

MATOS, Patrícia Francisca; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. Observação e Entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária.InRAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação.** Uberlândia: Assis Editora, 2009.

MEDEIROS, LeonildeServoto de. **Assentamento rurais e gênero:** temas de reflexão e pesquisa. *In* LOPES, Adriana L, ZARZAR, Andrea Butto (org.) Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

MEDEIROS, Telma Fortes – **Geografia e Gênero:** Um Estudos no Contexto Escolar. Dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia- UNIR, Porto Velho. 2008.

MENDES, Estevane de Paula Pontes; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de Investigação e Estudos Agrários.Entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação.** Uberlândia: Assis Editora, 2009.

MENDONÇA, F.A. e KOZEL, S. **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

MILL, Stuart. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Escala, 2006.

MILLER, Mary Susan. **Feridas invisíveis:** abuso não-físico contra as mulheres. São Paulo: Summus, 1999.

MITCHELL, D. **Cultural Geography – A Critical Introduction.** London: Blackwell, 2000.

MONBEIG, P. **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1957.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica.** São Paulo, Editora Contexto. 2009.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Geografia e Gênero em Assentamentos Rurais: Espaço de Poder.In SILVA, Joseli Maria; SILVA, Cesar

Pinheiro da. (org.) **Espaço, gênero e poder:** conectando fronteiras. Ponta Grossa. Todapalavra, 2011. ISSN: 978-85-62450-23-5.

_____**. Parteiras Ribeirinhas, Saúde da Mulher e Saber Local.** Belém: 2004. Tese (Doutorado) - NAEA-UFPA.

_____**. O Espaço Ribeirinho.** Coleção Amazônia. Porto Velho: Terceira Margem, 2003.

OLIVEIRA, Cláudia Nascimento. **"Um lugar para chamar de meu" As agrovilas do assentamento rural Joana D'arc III e seus migrantes.** Porto Velho, Rondônia, 2013. 172 f. Dissertação (Geografia). Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

PELLÚCIO, Gabrielle, **"Há Homens que têm Patroa. Há Homens que têm Mulher. E há Mulheres que Escolhem o que querem ser":** Perspectivas de Gênero na Geografia. Dissertação (Geografia). Universidade Federal de Rondônia- UNIR, Porto Velho, 2010.

PELLUCIO, Gabrielle; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Gênero e Ciência na Universidade Federal de Rondônia.** In VIII Seminário Fazendo Gênero : Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da, e, SOUZA, Edson Belo Clemente de. (orgs.). **Teorias e Praticas temporais: análises espaço-temporais.** São Paulo, Editora Expressão Popular. 2010.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PINHEIRO Tainá Trindade. **Qual o lugar da Mulher no Assentamento Joana D´Arc III?** Relatório de Pesquisa PIBIC- UNIR. Porto Velho. 2010.

PINHO, Diva Benevides. **Gênero e Desenvolvimento em Cooperativas.** Compartilhando Igualdade e Responsabilidades. OCB – Organização Cooperativa Brasileira; 2000.

PINOTTI, José Aristodemo. **Saúde da mulher**. São Paulo; Contexto, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminino no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDSA: Projeto de Assentamento Joana D'arc III. Porto Velho, 2007.

QUAINI, Massimo. **A Construção da Geografia Humana.** trad. Liliana Laganá, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____**.Marxismo e Geografia.** trad. Liliana Lagana, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder.** trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero**: A mulher como força de trabalho no campo. Informações Econômicas. São Paulo, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester; CALIÓ, S. A. *Gênero e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira*. In: Seminário Internacional: **Fazendo *Gênero* 8: corpo, violência e poder.** *2008.* Disponível: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST49/Rossini-Calio_49.pdf.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** 5. ed. São Paulo: Moderna, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as Ciências Sociais.** Cortez. São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova.** São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

_____**. A natureza do Espaço.** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 2ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____**. Novos Rumos da Geografia Brasileira.** HUCITEC, São Paulo, 1982.

_____**. O Espaço do Cidadão.** Nobel. São Paulo, 1987.

_____**. Organização do Espaço e Organização Social.** São Paulo: Edusp, 1982.

SCHMITZ, Heribert. **Agricultura Familiar: extensão rural e pesquisa participativa.** São Paulo: Annablume, 2010, p.30.

SCOTT Parry, CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Orgs). **Gênero e Geração em Contextos Rurais.** Santa Catarina, Mulheres, 2010.

SILVA, Fabiane Ferreira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Diferenças de gênero no campo da Ciência:um ensaio de análise sobre a presença feminina no CNPQ. In VIII **Seminário Internacional Fazendo Gênero: corpo, violência e poder.** Florianópolis: Mulher. 2008.

SILVA, Jeane Medeiros. Análise do Discurso e Pesquisa Qualitativa na Geografia. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação.** Uberlândia: Assis Editora, 2009.

SILVA, José Borzacchiello da. **É geografia, é Paul Claval**...[et al.]; Org Maria Geralda de Almeida, Tadeu Alencar Arrais. – Goiânia : FUNAPE, 2013.

SILVA, Joseli Maria & SILVA, Augusto Cesar Pinheiro (Org). **Espaço , Gênero e Poder: Conectando fronteiras**. Ponta Grossa, Todapalavra, 2011.

SILVA, Joseli Maria. **Construindo a ciência:** elaboração crítica de projetos de pesquisa. Curitiba: Pós-escrito, 2009.

_____**. Espaço e Gênero: Feminilidade**, Ponta Grossa, Todapalavra, 2011.

_____**. Espaço e Gênero: Masculinidade**, Ponta Grossa, Todapalavra, 2011.

_____**. Geografias Subversivas: Discurso sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa-PR. TODAPALAVRA. 2009.

_____**. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica.** In revista de História Regional, 2003.

SILVA, Josué da Costa. O mito e as crenças como constituintes do espaço ribeirinho na formação do modo de vida amazônico.In: KOZEL, S.; COSTA SILVA, J.; GIL FILHO, S. F. (orgs**). Da percepção & cognição à representação:** reconstruções teóricas da Geografia cultural humanista, São Paulo: Terceira Margem; Curitiba, NEER, 2007.

SILVA, Manoel Messias da. **A Agricultura Familiar em Projetos de Assentamentos.** Dissertação de Mestrado em Geografia - PPGG. Porto Velho: UNIR, 2009.

SILVA, Viviane Nery da; OLIVEIRA, Cláudia Nascimento, e SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. **Assentamento rural Joana D'arc III: um olhar na perspectiva de gênero.** Artigo publicado nos Anais do Evento/SINGA, 2011 – ISSN: 9788561586317.

SIMONIAN, Lígia T. L. **Mulheres da floresta amazônica entre o trabalho e a cultura**. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

SOIEHT, Raquel D. E. **Condição feminina e formas de violência**. São Paulo: Florense Universitária, 1989.

SOUSA, Lucileyde F. **Espaços dialógicos dos Barqueiros na Amazônia:** uma relação humanista com o rio. Tese (Doutorado em Geografia), Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, 2012.

SOUZA, Rúbia Elza Martins; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva.**Mulher: A Quebra do Paradigma da Função Reprodutiva.** Revista Geografares, n°10, p.203-224, Março, 2012, ISSN 2175 -370.

SOUZA, Sheila Ximenes. **Velhice Fora do Lugar- Histórias Oral de Vida. Dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia- UNIR, Porto Velho, 2009.**

SPOSITO, Eliseu Savério.**Geografia e Filosofia – Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico.** São Paulo: editora UNESP, 2003.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes.**PESQUISA DE CAMPO EM GEOGRAFIA.**GEOgraphia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Vol. 4, Nº 7 (2002).Disponível em: http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/78/76

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VENÂNCIO, Marcelo; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. O diário de campo e a Construção da Pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação.** Uberlândia: Assis Editora, 2009.

VIEGAS, Janete Magalhães. **O turismo rural na agricultura familiar em Pernambuco. Um caminho a autonomia?A pluriatividade como uma ferramenta para o turismo solidário.** Global Turismo**,** São Paulo, 2007.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta: Uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945).** São Paulo, Hucitec.1999.

YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. Feminismo e Academia. **Rev. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 81, nº 199, p. 425 – 451, set/dez 2000.